



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**VERENA NUNES GOMES LIMA**

**TRABALHO INFORMAL: UM ESTUDO DE CASO DO SHOPPING  
POPULAR DE JEQUIÉ – BAHIA NO PERÍODO DE 2008 A 2010**

**VITÓRIA DA CONQUISTA  
2010**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**VERENA NUNES GOMES LIMA**

**TRABALHO INFORMAL: UM ESTUDO DE CASO DO SHOPPING POPULAR DE  
JEQUIÉ- BAHIA NO PERÍODO DE 2008 A 2010**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do Título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Esp. Antonio Andrade Leal

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA  
2010**

L711t

Lima, Verena Nunes Gomes.

Trabalho informal: um estudo de caso do Shopping Popular de Jequié- Bahia no período de 2008 a 2010 / Verena Nunes Gomes Lima, 2010.

71 f.: il.; color.

Orientador (a): Antonio Andrade Leal.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

1. Comércio informal - Brasil. 2. Trabalho – Informalidade. 3. Capitalismo – Mercado de trabalho – Mobilidade social. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. II. T.

CDD: 331.12098142

**VERENA NUNES GOMES LIMA**

**TRABALHO INFORMAL: UM ESTUDO DE CASO DO SHOPPING POPULAR DE  
JEQUIÉ – BAHIA NO PERÍODO DE 2008 A 2010**

Monografia aprovada em 14 de dezembro de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Esp. Antonio Andrade Leal  
Orientador

---

Prof<sup>o</sup>. Ms. Josias Alves de Jesus  
Examinador

---

Prof<sup>o</sup>. Ms. Carlos Eduardo Ribeiro Santos  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois Ele é o responsável por todas as minhas conquistas, e dentre estas, a oportunidade de concluir este curso.

A minha família e ao meu noivo, que sempre me apoiaram nesta jornada.

A todos os professores que participaram da minha formação acadêmica e profissional, e em especial ao Prof<sup>o</sup> Leal pela presteza, acompanhamento e contribuições prestadas desde a elaboração do Projeto Monográfico.

Aos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, pela receptividade e colaboração durante a realização das entrevistas.

Aos amigos e colegas da faculdade, pela amizade e participação durante este período.

Emfim, a todos que de forma direta ou indireta colaboraram para finalização desta etapa tão importante em minha vida.

Muito Obrigado!

## RESUMO

O tema da economia informal tem alcançado destaque expressivo na mídia e na literatura especializada. A presente pesquisa é iniciada com a apresentação dos aspectos históricos e conceituais da formação do mercado de trabalho e posteriormente, a explicitação da existência do trabalho informal, sob forma precária e sem regulamentação, no advento do capitalismo. Em seguida, analisam-se os fatores determinantes do surgimento da economia informal nas Visões e Abordagens Estruturalista, Legalista, Marxista e Keynesiana. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa descritivo-qualitativa e no levantamento bibliográfico a partir de fontes secundárias tais como livros, artigos, periódicos e sites especializados em economia, como também, aplicação de questionário estruturado e individual. O objetivo principal deste trabalho é analisar as condições socioeconômicas dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA. Por fim, a partir da análise dos dados obtidos através da entrevista confirma-se a existência de uma precarização de trabalho e das condições de vida destes agentes. Assim, o cunho marxista predominante nesta pesquisa, indica a concluir que o trabalho informal está longe de ser uma anomalia ou um apêndice, este é produto do desenvolvimento capitalista, onde se permite uma maior extração do capital.

**Palavras-chave:** Trabalho e Informalidade. Precarização. Shopping Popular.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia com o município de Jequié. ....	35
Figura 2 - Número de escolas por série, no município de Jequié-BA.....	37
Figura 3 - Produto Interno Bruto- Valor Adicionado, no município de Jequié-BA .....	38
Figura 4 - Despesas e Receitas Orçamentárias, no município de Jequié-BA .....	38
Figura 5 - Shopping Popular no município de Jequié-BA em 2008. ....	39
Figura 6 - Distribuição por faixa etária dos comerciantes informais, localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA. ....	43
Figura 7 - Distribuição dos comerciantes informais, localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto ao nível de escolaridade. ....	44
Figura 8 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto aos motivos que justificam o fato de não serem contribuintes do INSS. ....	45
Figura 9 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, por tempo de atividade. ....	45
Figura 10 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto à disponibilidade de rede de água, esgoto, energia elétrica e linha telefônica fixa. ....	46
Figura 11 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto à justificativa de pretender um emprego formal. ....	47
Figura 12 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto aos motivos de não estarem em busca de conseguir um emprego formal.....	47
Figura 13 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié BA, quanto à situação ocupacional em que se encontravam antes de ingressarem no setor informal. ....	48
Figura 14 - Distribuição dos comerciantes informais, localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto às principais dificuldades enfrentadas na atividade. ....	49
Figura 15 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto ao tempo dedicado a casa\ família. ....	50
Figura 16A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.....	67
Figura 17A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.....	67
Figura 18A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.....	68
Figura 19A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.....	68
Figura 20A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.....	69
Figura 21A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.....	69

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAPE	Centro de Apoio ao Pequeno Empreendimento
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - O MERCADO DE TRABALHO E O SURGIMENTO DO TRABALHO INFORMAL .....</b>	<b>13</b>
1.1 Mercado de trabalho.....	13
1.2 Origem e evolução do trabalho informal.....	16
<b>CAPÍTULO II - AS VISÕES E ABORDAGENS ACERCA DO SETOR INFORMAL .....</b>	<b>24</b>
2.1 A visão estruturalista .....	24
2.2 A visão legalista .....	27
2.3 Abordagem marxista .....	28
2.4 Abordagem keynesiana.....	34
<b>CAPÍTULO III - ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS COMERCIANTES INFORMAIS, INSTALADOS NO SHOPPING POPULAR, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ-BAHIA.....</b>	<b>35</b>
3.1 Caracterização do Município de Jequié-BA.....	35
3.2 Apresentação do cenário de estudo: o shopping popular.....	39
3.3 Análise e discussão dos resultados.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta o surgimento e expansão do trabalho informal, bem como as mudanças advindas no mercado de trabalho. O trabalho informal é apresentado como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para o excedente de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal. Como também é evidenciado o benefício que a informalidade traz ao capitalismo, gerando relações de trabalho mais flexíveis e que por muitas vezes, se encontra disfarçada nos meios formais de produção reduzindo os custos.

O crescimento do desemprego é demonstrado seguindo a ideologia marxista, como fruto do sistema capitalista que não se mostrou capaz de absorver a mão-de-obra excedente, originando, pois, o exército industrial de reserva. Essa pesquisa se reportou as escolas e leis econômicas, com o intuito de definir melhor o trabalho informal. A configuração do comércio informal é marcada por relações que envolvem: ambulantes, camelôs, lojistas, poder público e a população. A ocupação do espaço público acaba se tornando privado por estes trabalhadores, que fazem desse local seu lugar de realização, sua conquista financeira, o sustento da família e a construção de sua própria história.

Partindo desses pressupostos, o objetivo geral deste trabalho está em analisar as condições socioeconômicas dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-Bahia. Observando os seguintes fatores: ausência de proteção social; baixos rendimentos; limitadas condições de acesso à saúde, lazer, educação; longas jornadas de trabalho; inadequadas instalações, dentre outros. Especificamente, buscam-se compreender as questões históricas do mercado de trabalho e da informalidade, como também as visões e abordagens que delimitam o trabalho informal e por fim analisar as condições socioeconômicas dos comerciantes informais do Shopping Popular.

Diante do estudo proposto, surge o seguinte problema: a participação do setor informal no sistema capitalista explica as condições socioeconômicas de trabalho e vida dos comerciantes instalados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA? Considera-se como hipótese, que os trabalhadores informais envolvidos no comércio de rua atuam sob precárias condições de trabalho e possuem baixa qualidade de vida e apesar de estar em idade e condição ativa, se encontram disponíveis no

mercado para exploração desmedida do capital através do emprego máximo do tempo de trabalho com o mínimo de remuneração. Logo, diante da necessidade de conseguirem um novo emprego, sujeitam-se a longas jornadas de trabalho e baixas remunerações em atividades geralmente irregulares e de nenhuma qualificação técnica.

Assim, avolumam-se as atividades que ocupam um grande número de trabalhadores e que está ligada a economia informal, diante da busca pelas condições mínimas de vida, sendo que, destas, a que assume a maior visibilidade é o comércio de rua, cuja atividade está ligada a comercialização de diversas mercadorias comercializadas em locais públicos e nos centros urbanos. A justificativa desta pesquisa está na ampla participação do comércio de rua no processo de informalidade, por isso o interesse em realizar um trabalho direcionado para o grupo de agentes que atuam no Shopping Popular de Jequié.

Na metodologia foram utilizados os métodos histórico, monográfico e estatístico. Também se baseou na documentação indireta, ou seja, recolhimento de informações prévias, através da utilização de documentos (pesquisa documental) e de livros, artigos, periódicos, arquivos municipais (pesquisa bibliográfica). Como também, a documentação direta, onde foi realizada uma pesquisa de campo com os seguintes passos: pesquisa bibliográfica do tema, coleta de dados, determinação da amostra e análise de dados.

Como se trata de um estudo de caso, a entrevista serviu como um divisor de águas, pois além de ser uma técnica utilizada na investigação social para coleta de dados, auxiliou na resposta ao problema e na verificação das hipóteses. O questionário seguiu o estilo padronizado ou estruturado, por estar constituído em perguntas predeterminadas, como também apresentou um perfil focalizado e de painel, por ter um roteiro a seguir com uma mesma relação de perguntas para determinada amostra de pessoas.

Desta forma, uma das técnicas utilizadas para obter dados, foi à entrevista direta com perguntas de múltipla escolha e aplicadas de maneira individual para assegurar a fidedignidade dos dados junto aos comerciantes informais do Shopping Popular, onde foi estabelecida uma interação face a face com as pessoas. Portanto, o questionário está marcado pelas seguintes diretrizes: formulação de perguntas de múltipla escolha, validade, relevância, especificidade, clareza, profundidade e

extensão, pois durante o contato com os comerciantes informais era possível fazer reflexões traduzindo os sentimentos e opiniões dos entrevistados.

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter através de procedimentos sistemáticos e objetivos as descrições do conteúdo e da mensagem.

O primeiro capítulo trata dos aspectos históricos da formação do mercado de trabalho, abordando questões conceituais, bem como os indícios da existência do trabalho informal no advento do capitalismo. Em seguida trava-se uma breve discussão com os teóricos Chahad (1998), Lessa (2002), Soares (2008), dentre outros sobre o tema, apresentando-se as principais definições adotadas pela literatura econômica e instituições de pesquisa sobre o processo que faz o trabalho informal emergir como produto das condições que permitiram a estruturação do sistema capitalista e a partir disto, os elementos que envolvem a origem e evolução do trabalho informal.

O segundo capítulo apresenta as visões contemporâneas como da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), Cacciamali (2000) e dos teóricos Souza e Tokman (1976) representando a visão Hegemônica. A visão Legalista onde o trabalho informal é encarado como avesso às exigências da legislação trabalhista em vigor e aponta a alta carga tributária necessária para sustentar o Estado Keynesiano como um entrave no mundo do trabalho. As inspirações Marxistas, que detectam a funcionalidade e subordinação do trabalho informal ao capital, com os trabalhos dos autores Malaguti (2001) e Tavares (2004). E, a abordagem Keynesiana relatando desde o intervencionismo estatal e o bem estar apregoado nos modelos Taylorista/Fordista até o surgimento de um padrão inovador, flexível e adequado às necessidades do capital, o Toyotismo.

No terceiro capítulo é feito o estudo de caso. A princípio é feita uma breve descrição de Jequié e sua economia, em seguida é apresentado um sucinto histórico do Shopping Popular. E a partir da delimitação do espaço, a análise e discussão dos resultados obtidos a partir da aplicação de questionários junto aos comerciantes informais instalados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA. Sendo possível então, responder ou refutar a hipótese que propõe a existência de uma precarização do trabalho e das condições de vida da população envolvida no estudo.

Por fim, relacionando as informações obtidas através do levantamento bibliográfico, da consulta a órgãos de pesquisa e por meio da entrevista, parte-se para as conclusões, onde se retoma o impacto da evolução do sistema capitalista no mercado e nas relações de trabalho, com destaque para o surgimento de precárias formas de exploração do trabalhador que favorecem a contínua expansão da informalidade. E, na parte final, ao analisar os dados da pesquisa realizada com uma categoria específica de trabalhadores informais, se faz algumas considerações que poderão contribuir para formação de uma melhoria na atuação do poder público municipal, com o intuito de minimizar as precárias condições de trabalho de uma das atividades que compõem o universo informal, o comércio de rua.

## **CAPÍTULO I - O MERCADO DE TRABALHO E O SURGIMENTO DO TRABALHO INFORMAL**

O presente trabalho apresenta discussões sobre os conceitos centrais que estarão presentes ao longo desta pesquisa, a fim de evitar distorções do objeto investigado. Neste I Capítulo, serão apresentadas argumentações acerca do Mercado de Trabalho, bem como a Origem e Evolução do Trabalho Informal.

### **1.1 Mercado de trabalho**

Trabalho é toda atividade realizada pelo homem que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca, modificando assim a natureza, adaptando-a de modo que possa satisfazer as necessidades do próprio homem (CATTANI, 2002).

Com o fim do Império Romano, no século IV, e o avanço das invasões bárbaras, é iniciado na Europa na Idade Média um novo modo de organização social, política e econômica que viria a ser chamada de feudalismo. Nesse sistema havia uma espécie de contrato servil, em que existiam três grupos sociais sem mobilidade, ou seja, de status fixos: o clero, a nobreza e os camponeses. Do ponto de vista econômico, o Feudalismo tinha a sua base econômica baseada na agricultura e nos feudos auto-suficientes. Muitos foram os motivos que levaram ao declínio e fim do sistema feudal, dentre estes, o nascimento de uma nova classe que se formara nos burgos. Vale destacar também, o aquecimento da economia fora dos muros dos castelos impulsionando uma nova ordem econômica capaz de sobreviver sem a proteção da nobreza e de desenvolver-se a ponto de fazer surgir uma forte estrutura socioeconômica.

No feudalismo predominava o valor de uso, ou seja, apenas o excedente de mercadorias seria trocado no mercado para atender a necessidade local, enquanto que com o capitalismo passa a dominar o valor de troca evidenciando que ocorreu uma transição não apenas do sistema produtivo.

A estruturação do mercado de trabalho capitalista ocorreu dentre mudanças na Europa Ocidental, entre os séculos XIV ao XVIII, quando o

feudalismo entra em decadência, e assim, suas relações de produção passam a desaparecer. E neste ambiente transitório surge o sistema capitalista, com novos conceitos, onde a maioria dos trabalhadores vende sua força de trabalho instituindo o assalariamento.

Assim, a Revolução Industrial no século XVIII, faz eclodir um novo sistema com a substituição da base agrícola por sociedades industriais, estruturada no uso de máquinas e fontes de energia que não eram geradas por tração animal e que multiplicava a produção de bens materiais. Este novo sistema produtivo, o capitalismo está fundamentado na propriedade privada dos meios de produção e na venda da força de trabalho pelo trabalhador, transformando-a em mercadoria como outra qualquer, através do lucro advindo da mais valia (que é a vantagem que o capitalista obtém pelas horas trabalhadas e não pagas).

E a partir desta visão histórica, o mercado de trabalho começa a ser entendido como a relação entre a oferta de trabalho e a demanda de trabalhadores. O início do sistema capitalista evidenciou a existência de duas classes opostas: uma que detém apenas a força de trabalho para sobreviver e a outra detentora dos meios de produção. E neste contexto se processa as novas relações de trabalho: capitalistas versus operários (SOARES, 2008).

Para Chahad (1998, p. 403), o mercado de trabalho é dividido da seguinte forma:

O mercado formal de trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que são objeto de legislação específica que as regula. Em contraposição, existe o chamado mercado informal de trabalho, onde prevalecem regras de funcionamento com o mínimo de interferência governamental.

O advento do capitalismo permitiu a existência de trabalhadores livres das obrigações com os seus senhores feudais e das corporações de ofícios, mas em condições de desvantagem, pois os mesmos possuíam apenas de sua força de trabalho para ser ofertada no mercado em troca de sua sobrevivência. Sendo atribuída ao sistema capitalista a responsabilidade por desequilíbrios como: mão de obra excedente e, por conseguinte, ao rebaixamento dos salários.

Desta forma, com a criação de um novo sistema o mercado de trabalho

passa a ser o local onde os trabalhadores e os capitalistas se encontram e se confrontam. As negociações ocorrem entre o ofertante e o demandante de força de trabalho, podendo também ocorrer intervenção por parte do Estado. E assim, passa a ser estabelecida uma relação antagônica, onde a força de trabalho passa a ser mercadoria e desta forma será vendida ao detentor do capital em troca da sobrevivência da classe explorada.

No que se refere ao florescimento do mercado, Sandroni (2000, p. 378-379) coloca:

A formação e o desenvolvimento de um mercado pressupõem a existência de um excedente econômico intercambiável e, portanto, de certo grau de divisão e especialização do trabalho. Historicamente, isso ocorre nas cidades européias no final da Idade Média. Com a formação regular de um excedente, a antiga economia natural ou de subsistência passa a ser substituída por um mecanismo de mercado [...].

Para Lessa (2002, p. 13) a importância do trabalho pode ser observada assim:

O trabalho é o fundamento do ser social porque é ele que possibilita aos homens se construírem como indivíduos e como sociedade, na medida em que transformam a natureza para produzir o que precisam para se reproduzirem.

Os autores Meszaros (2002) e Braudel (1986) mencionam que, a estrutura como o capitalismo se desenvolveu acentuou os desequilíbrios econômicos e sociais, como desemprego da força de trabalho e expansão do trabalho informal, dentre outras externalidades como: fome, pobreza, superacumulação, superprodução e subconsumo.

Para Smith (1996), a relação capital/trabalho é determinada pura e simplesmente pela mão invisível do mercado (forças do mercado). Aparentando que, esse mercado é determinado de forma natural no capitalismo, estando tanto o comprador como o vendedor, nas mesmas condições. E, são justamente os movimentos da mão invisível que determinam essas relações de troca, devendo então estes, serem investigados para uma melhor compreensão do mundo do trabalho e dos problemas que afligem a classe trabalhadora.

De acordo Soares (2008), o investimento em máquinas e equipamentos, isto é, em capital constante em detrimento do capital variável, como força de

trabalho, tem aumentado. O objetivo do detentor de capital com esta troca é reduzir o tempo médio de trabalho necessário para extração da mais-valia. O autor também relata que, a partir de 1970, surgiram novas formas de exploração do trabalhador, como as subcontratações, terceirizações, dentre outras, já sinalizando neste período o trabalho informal.

Portanto, diante destes argumentos compreende-se que, nesta investigação o mercado de trabalho baseado nas estruturas do capitalismo, tem realizado a função de regular a pressão do trabalho sobre o capital, ao gerar novas formas de ocupação da mão-de-obra e não apenas de um simples universo de realização de trocas.

## **1.2 Origem e evolução do trabalho informal**

A origem da informalidade pode ser explicada sob diversos enfoques sendo identificado nos primórdios da Revolução Industrial na Inglaterra. De acordo com Melo e Teles (1999) tem sido realizados estudos e debates sobre as atividades informais, para que seja estabelecida uma conceituação a respeito da mesma. Para os autores Silva e Barbosa (2005, p. 4) a informalidade pode ser definida da seguinte forma:

[...] subterrânea, paralela, oculta, não estruturada, autônoma, não contabilizável, não observada, transitória, submersa, etc. Apesar das diferenças semânticas ou taxonômicas, pode-se identificar uma convergência de sentidos para definição do trabalho informal, que seria a precariedade das unidades de trabalho e das condições de trabalho.

O surgimento de uma quantidade expressiva de trabalhadores livres facilitou a exploração do trabalho, a partir da produção de mais valia que criaria a acumulação crescente de capital. A partir disto, estes lucros permitiram ao capitalista investir em novas tecnologias, e, por conseguinte, ultrapassar o seu concorrente e estabelecer a seguinte relação: Capital versus Trabalho (KxT) e Capital versus Capital (KxK). Em conseqüência, o fruto deste processo é a formação de uma população excedente de trabalhadores que constituiria o exército industrial de reserva (SOARES, 2008).

Marx no século XIX, já identificava o trabalho informal nas premissas da população relativamente excedente às necessidades do capital, especialmente em termos da reprodução, onde existia um contingente estagnado da força de trabalho alocado no pequeno comércio e nos serviços de baixa qualificação. E mesmo com condições e idade ativa, vendiam sua força de trabalho por um mínimo de remuneração e se submetiam a longas jornadas de trabalho. Levando a concluir que, parcela ativa do exército industrial constituída pelos sem trabalho, constituiriam os trabalhadores informais.

A incidência de fenômenos como pobreza, a reprodução de atividades de baixa produtividade, o exercício do trabalho sob condições de extrema precariedade, à margem mesmo do aparato legal vigente, antecede a idéia de setor informal.

Soares (2008), ao se reportar aos estudos de Marx (1998), identifica na legislação fabril de 1861, irregularidades no emprego da força do trabalho domiciliar, como exploração de mão-de-obra infantil e jornadas extensas de trabalho. E este afirma que a formação do setor informal foi motivada pela expropriação dos trabalhadores dos meios de produção a partir da acumulação primitiva. Assim, a expansão do trabalho informal a partir das instabilidades econômicas e sociais, como o desemprego, está fundamentada na origem e desenvolvimento do capitalismo.

Diante disso, o mesmo autor questiona a origem do trabalho informal da seguinte forma:

Quanto às condições do trabalho desenvolvido nesses domicílios, não restam dúvidas acerca da sua precariedade. E seria ele o que hoje se conhece por trabalho informal? De acordo com a definição corrente de trabalho informal, pode-se afirmar que estes já existiam na infância do capitalismo, pelo menos em potencial (SOARES, 2008, p. 47).

Marx (1996) adverte que o processo capitalista de produção não anula as determinações do processo de trabalho em geral, isto é, o trabalho ainda continua se objetivando em produto, mercadorias, unidade de valor de uso e de valor de troca. Entretanto, há que ter em vista que, o processo de trabalho é apenas meio de valorização do capital. Assim, se partimos da análise da mercadoria individual, é produtivo aquele trabalho que expresso em mercadoria tem, na composição desta,

uma taxa de trabalho não pago. Ou seja, ao se considerar o produto total, existiu a mais valia na massa total das mercadorias.

A expressão informal começou a ser esboçada no ano de 1971, por Keith Hart em Gana, ao apresentar seus estudos sobre o desemprego. Mas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972, também utilizou o conceito de setor informal a um conjunto de atividades e ocupações observadas no Quênia e, em alguns países pobres que não conseguiram gerar empregos necessários para a população economicamente ativa, a partir da industrialização.

Braverman (1987) cita que, no o início do século XIX nos Estados Unidos, tinha aproximadamente quatro quintos da população que trabalhavam por conta própria nas ruas. Levando a concluir que neste período existia um potencial de trabalhadores informais e o indício de que o sistema não conseguia absorver todos os trabalhadores em condições ativas.

A acumulação primitiva estruturou o mercado de trabalho em duas categorias: uma, dos trabalhadores dos meios de produção e de subsistência e a outra, concentradora do capital. Remontando a história entende-se que nas entranhas do capitalismo nasce à burguesia e ao dispor de um ambiente social e histórico favorável, esta se reproduziu, determinou novas relações econômicas e sociais e impulsionou o ciclo motor deste novo sistema como: a compra da força de trabalho (capital variável), extração da mais valia e a acumulação de capital (MARX, 1996).

Marx (1996) entende que a população excedente, superpopulação relativa ou exército industrial de reserva: “existe em todos as matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupada parcial ou inteiramente.” (MARX, 1996, p. 270-271). Também de acordo com o autor, as características deste exército industrial de reserva são as seguintes: a forma líquida, ora é repelida, ora é atraída, e, em longo prazo, o número de trabalhadores cresce em maior proporção do que a demanda por força de trabalho, a latente refere-se à população rural que deseja se transferir para o meio urbano e a última que denota a superpopulação estagnada que apresenta ocupação irregular e condição de vida abaixo da média.

Para Soares (2008) existe um antagonismo intrínseco ao sistema capitalista sendo este: Capital versus Trabalho, quando o capitalista extrai a mais valia do trabalhador por meio do aumento da jornada de trabalho ou da intensidade do

trabalho e Capital versus Capital , quando os capitalistas disputam entre si, por exemplo, na luta de preços.

Vale destacar que, com a redução do capital variável, os trabalhadores sem emprego exercem força sobre o mercado de trabalho, o que possibilita ao detentor de capital explorar ainda mais, seja via mais valia relativa ou absoluta<sup>1</sup>. Então, o aumento de investimento na compra de máquinas (capital constante) com avanço tecnológico derruba paradigmas para atender aos interesses do sistema capitalista, que objetiva sempre maximizar lucro através do aumento da produtividade do trabalho (SOARES, 2008).

O Programa Mundial do Emprego (PME), lançado em 1969, se propôs a estudar os modelos de industrialização dos países subdesenvolvidos e diagnosticou que o sistema adotado por estes, produzia um excedente de trabalhadores que buscavam ocupações em atividades de pequeno porte. E assim, a partir do estudo sobre o Quênia, que tinha como objetivo separar dentre os trabalhadores locais, os grupos de mais baixa renda, a fim destes serem amparados por um programa social do governo, foi detectada uma parcela significativa de trabalhadores analfabetos e desqualificados, vivendo as margens da lei, de proteção ou regulação pública. Na qual se caracterizou como trabalho informal (CACCIAMALI, 2000).

Os diversos conceitos de informalidade vêm crescendo historicamente, em razão das transformações nas economias mundiais como também por constituir diferentes categorias de trabalhadores, marcado por uma presente heterogeneidade, que denota divergências das ocupações, das condições de renda e trabalho. Segundo trabalho publicado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2004, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), destaca dois tipos de autônomos: os produtores de bens e os vendedores de serviços ao público. Mas além destes, existem os pequenos empreendimentos familiares que se decidirem concorrerem pela lógica de grande empresa podem perder seu espaço e serem eliminadas e as novas iniciativas componentes da economia solidárias, como cooperativas de trabalho para produção de mercadorias e prestação de serviços podem ser incluídas no universo do trabalho informal.

Soares (2008, p. 55), afirma o seguinte a respeito das discussões teóricas sobre o desemprego:

---

<sup>1</sup> Mais-valia absoluta é obtida com o prolongamento da jornada de trabalho; mais valia relativa mediante a redução do tempo de trabalho necessário (SOARES, 2008).

Mesmo com a manifestação do desemprego, já no século XIX, e agravado no século XX, diversos teóricos da economia resistiram em aceitar o desemprego involuntário da força de trabalho, a produção da superpopulação relativa como algo intrínseco ao sistema capitalista. Ainda hoje, muitos intelectuais de grande notoriedade resistem em admitir que o trabalho informal seja produto da relação de capital.

Conforme Cacciamali (2000), no setor informal o detentor do negócio exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado, como também não existem a separação entre a gestão e produção. Além disso, a autora associa a informalidade a um processo de mudanças estruturais na sociedade e na economia que “incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições - denominado Processo de Informalidade.” (2000, p. 160). E define a existência desse segmento não só nas atividades de baixa produtividade que tem como objetivo a garantia da sobrevivência, mas também naquelas que estão escondidas no setor formal.

Outra forma de apresentação da informalidade é ressaltada por Malaguti (apud TAVARES, 2004), onde as pequenas e microempresas exercem um papel fundamental na difusão da ilegalidade, irregularidade, da corrupção e da precarização das condições de trabalho de grande parte da população ampliando os efeitos perversos da informalidade. Para este autor, os fatores como: remuneração, salário e condições de trabalho degradantes são indispensáveis ao funcionamento dos pequenos empreendimentos. E exigir abolição dessas condições de trabalho implica na realidade a supressão dos pequenos negócios e de boa parte das situações de informalidade.

Para Cacciamali (1983), o enfoque contemporâneo mais utilizado nas abordagens sobre informalidade trata da definição elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que visa estudar o emprego e a distribuição de renda em países atrasados. Para esta autora, o setor informal é notado pelas seguintes características: propriedade familiar do empreendimento, recursos próprios, pequena escala de produção, facilidade de ingresso, uso intensivo de trabalho, tecnologia adaptada, qualificação profissional alheia ao sistema escolar de ensino e composição em mercados competitivos e não regidos pelo Estado.

Também para Melo e Teles (1999), o conceito mais utilizado de informalidade foi o estabelecido na 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, realizada em

Genebra em 1993, intitulando como componentes deste setor as atividades produtivas de baixa capitalização, em pequena escala e sem acesso ao crédito. E que, em muitas vezes utilizam técnicas de produção obsoletas, em locais sazonais ou ocasionais, que implicam em baixos níveis de produtividade e remuneração. Estes também estabelecem um conceito importante ao indicar que o fato das unidades produtivas não ter registros não serve de critério para definição de informal, pois o fator primordial é o modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não apenas a condição jurídica.

De acordo Caciomali (2000), os seguintes condicionantes marcam o mercado de trabalho e o setor informal: os processos de reestruturação produtiva, a internacionalização, a expansão dos mercados financeiros, a maior abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados. Essas configurações geram a reorganização e realocação das atividades no espaço, e assim com essa nova estruturação técnica, estratégica e administrativa, entende-se que o crescimento econômico é a fonte do emprego, especialmente das boas colocações com alta produtividade e remuneração.

Estes conceitos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram absorvidos por outros organismos, como o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), acrescentando a este setor as características de atividades não organizadas juridicamente em suas relações capital-trabalho. Para PREALC, o setor informal pode aparentar ser subordinado ao formal, mas cada um se relaciona e depende diferentemente, sendo, pois uma relação complexa e favorável à hegemonia capitalista (FUENTES, 1997).

Cacciomali (1983), a mensuração do setor informal com empregados sem carteira assinada ou empresas que operam com número pequeno de empregados a baixos rendimentos, vem sendo rebatida por obscurecer as peculiaridades dessas atividades no processo de desenvolvimento econômico, enquanto que no setor formal pode-se também observar estes fatores.

Por exemplo, quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o setor informal como um segmento constituído por unidades produtivas de baixa capitalização, subtrai algumas vertentes altamente capitalizadas, como é o caso da NIKE, que faz uso de contratação informal de trabalhadores para garantir a sua taxa de lucro. De acordo ao que foi apresentado, conclui Tavares (2004, p. 49) que, o caso da NIKE pode ser incluído como uma “relação entre capital e trabalho na qual a

compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que caracterizam a condição formal de assalariamento, consubstanciando-se em trabalho informal.” Evidenciando, pois que, o trabalho informal não se restringe apenas em atividades de sobrevivência, mas aquelas também que podem estar inseridas no setor formal para atender os interesses dos detentores de capital.

O trabalho informal está subordinado e exercendo funcionalidade no sistema capitalista. E, a partir da valorização do capital com a extração do sobre trabalho se intensifica a exploração deste, pois a absorção por parte do trabalhador de uma parcela maior de manutenção e reprodução de sua mão-de-obra pode ser observada de maneira explícita no assalariamento ou implícita nas terceirizações. Para Tavares (2002), os estudiosos mais próximos da linha de pesquisa da OIT, perceberam uma grande potencialidade do setor informal como fonte de emprego, mesmo que a baixo custo e em condições desfavoráveis por ser constituído pelos trabalhadores mais pobres do meio urbano.

A reformatação da produção e do mercado de trabalho do setor formal para o informal da economia, em territórios e espaços, está baseada na separação do regime de assalariamento para aquelas não registradas junto aos órgãos da seguridade social. Sendo esta última, vulnerável nas relações de trabalho e renda e por muitas vezes têm ausência de uma regulamentação laboral e de proteção social com o uso flexível do trabalho a baixos rendimentos, como por exemplo, as empreiteiras de mão-de-obra, agências, locadoras e prestadoras de trabalho temporário; ora dissimuladas como trabalho autônomo (CACCIAMALI, 2000).

Assim, o Processo de Informalidade pode ser representado por duas categorias: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria. A maior parte dos assalariados sem registro vivem a margem da regulamentação e das regras dos contratos, não dispendo de nenhuma garantia de renda no caso de acidente ou de problemas de saúde, além de não estarem sindicalizados ou com acesso aos acordos coletivos da classe. Na categoria dos trabalhadores por conta própria, estão aqueles que criam ocupação no mercado de bens, principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar com pouco nível de capital físico ou humano, sendo patrão e empregado de si mesmos (CACCIAMALI, 2000).

Para Soares (2003), as funções que estão vinculadas à sobrevivência do trabalhador também exercem uma funcionalidade no processo de acumulação

capitalista. Pois, quando o setor informal absorve com a geração de ocupações, parcela desempregada ou excluída das formas clássicas de produção capitalista, está se evitando um colapso social.

Inseridos neste contexto, Tavares (2004, p. 43) cita que: “formas particulares de inserção a produção, que já foram representativas de uma economia atrasada, tornaram-se bastante funcionais a acumulação capitalista.” e denomina este fenômeno de Nova Informalidade. E complementa Tavares (2004, p. 44): “a idéia não é mais fortalecer o setor informal mediante políticas de emprego, mas suscitá-lo na sua capacidade de gerar ocupações de baixo custo para os extremamente pobres.”

Surgem políticas públicas neoliberais que tendem a flexibilizar as relações trabalhistas, estimulando, portanto, as atividades desenvolvidas na economia informal. E que, por sua vez muitas vezes se apresenta com uma desregulamentação de trabalho e regressão dos direitos sociais.

Portanto, o trabalho informal se mostrou como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para um número crescente de trabalhadores excluído do mercado de trabalho formal. Mas também por outro lado, esta expansão da informalidade tem favorecido o capital no que se refere à exploração do trabalho e a produção de mais valia de forma disfarçada. Concluindo que estas atividades ao invés de anomalia são na verdade, produto do capitalismo.

## **CAPÍTULO II - AS VISÕES E ABORDAGENS ACERCA DO SETOR INFORMAL**

Neste capítulo será apresentada a Visão Estruturalista que busca mostrar como seus teóricos analisam o fenômeno da economia informal mediante a tese da heterogeneidade estrutural e seus desdobramentos. A Visão Legalista levantando as questões relacionadas aos atuais padrões institucionais. A Abordagem Marxista sobre o trabalho informal desde a sua funcionalidade à subsunção ao capital. E, a Abordagem Keynesiana demonstrando a evolução do padrão Taylorista /Fordista ao modelo de acumulação flexível Toyotista. Relatando, pois, como os mesmos determinantes podem aparecer nestas linhas teóricas, apresentando divergências e similaridades.

### **2.1 A visão estruturalista**

A linha teórica estruturalista busca encontrar ressonância no Modelo de Lewis, que foi desenvolvido na década de 1950, e apresenta uma economia dual, com a apresentação de um setor moderno (urbano-industrial) e um setor tradicional (arcaico).

O Modelo de Lewis definiu os setores de baixa produtividade como um setor tradicional ou de subsistência condenados a extinção por força do capitalismo. Partindo deste pressuposto, o Programa Regional do Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desenvolveram um estudo sobre a informalidade em que se buscou a compreensão dessas duas divisões até então formada da estrutura produtiva: o setor moderno (tecnológico) e o setor tradicional. Segundo o PREALC, esses setores são frutos do próprio modelo econômico, e assim, são heterogêneos (RAMOS, 2007).

Assim, a Visão Estruturalista estabelece que o setor tradicional seja fornecedor de mão-de-obra para o moderno, ao ponto em que, com o desenvolvimento do setor moderno ocorresse a absorção do setor tradicional até o desaparecimento deste, levando toda economia ao desenvolvimento. Portanto, esta transição garantiria o desenvolvimento da economia nos padrões dos países desenvolvidos, aliado as políticas públicas que estimulassem o investimento no setor moderno.

Em 1950, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) esboçou sua teoria semelhante ao modelo de Lewis, apoiada no conceito de dualidade sendo então caracterizada por um pólo moderno, dotado de grandes unidades de produção com relações trabalhistas assalariadas e reguladas por legislação; e outro marcado pelo atraso com baixa produtividade, pequenas unidades de produção intensivas em mão-de-obra familiar, não sugerindo, pois, uma sociedade homogênea, embora o ponto central de suas análises fosse o processo de desenvolvimento da economia de maneira mais ampla (RAMOS, 2007).

Segundo Braga (2006), de acordo com os trabalhos do Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC), o setor moderno por ser intensivo em capital não consegue absorver toda mão-de-obra levando este excedente para a economia informal. E, a partir das estratégias de subsistência, o desenvolvimento de atividades de baixo nível de produtividade no âmbito das cidades desmistifica o padrão de setor pouco desenvolvido como exclusividade do meio rural.

Desta forma, a Visão Estruturalista aponta um mercado de trabalho dividido em dois setores: o setor protegido, como aquele em que se tem acesso ao crédito e proteção social ao trabalho; e o setor não protegido com ausência das leis trabalhistas e de estímulos (SOARES, 2008).

Os desequilíbrios no mercado de trabalho também podem ocorrer devido às interferências, do governo ou sindicatos, levando ao capitalista pensar ser mais atrativo investir em máquinas do que em mão-de-obra. O setor informal tem como peculiaridade em sua forma de organização não conter mão-de-obra assalariada em seu desenvolvimento. Mas, vale destacar que no âmbito formal se observa relações de assalariamento não registrado nos órgãos competentes e formas de trabalho precárias, como por exemplo: “as cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, locadora de mão-de-obra, prestadora de serviços temporários dissimulada sobre a forma de trabalho autônomo.” (CACIAMALI, 2000, p. 163-164).

O Programa Mundial de Emprego (PME), elaborado pela OIT no ano de 1969, elaborou pesquisas com o objetivo principal de entender o desemprego. E obteve em uma das suas análises como causa do crescimento do desemprego, não as falhas entre os preços dos bens de capital e aos salários, mas a dependência tecnológica aspecto também visto por estudiosos do PREALC (SOUZA; TOKMAN, 1976).

Nesta concepção enriquece Ramos (2007, p. 119): “O Programa Regional de Emprego para a América Latina tentou contextualizar a questão da informalidade dentro da reflexão da economia do desenvolvimento e nesse sentido, adotou o pensamento cepalino.” Assim, a dualidade do mercado de trabalho e das unidades produtivas seria uma particularidade do conceito de heterogeneidade estrutural tão claro ao pensamento da CEPAL.

Então, para a OIT, a solução poderia estar na implementação de políticas keynesianas com a geração de emprego e políticas sociais que impulsionasse a população excluída no processo de desenvolvimento capitalista. Construindo os conceitos, portanto de formal e informal em substituição das expressões: setor protegido e não protegido ou setor moderno e tradicional (CACCIAMALI, 2000).

Há de se destacar que nem sempre o setor informal apresenta facilidade de entrada, pois se assim fosse qualquer pessoa poderia se inserir neste setor. Mas, o que realmente acontece é que muitos buscam sem sucesso crédito para montar seu negócio. Por isso, em favor ao desenvolvimento da informalidade, se tem, por exemplo, o Centro de Apoio ao Pequeno Empreendimento (CEAPE), que busca custear atividades informais já estabelecidas (SOARES, 2008).

Para enriquecer a Visão Estruturalista os autores Souza e Tokman (1976, p. 152) afirmam:

Podem-se distinguir dois setores diferenciados no mercado de trabalho urbano. Por um lado, encontra-se o setor formal, que se encontram as atividades econômicas organizadas [...] Por outro lado, encontra-se o setor informal, que se concentram os ocupados que, em geral, não exercem atividades nas empresas organizadas.

E, a partir de seguidos estudos, foi concluído em trabalhos posteriores que é inegável o vínculo de complementaridade entre os dois setores. Para Braga (2006), a visão estabelecida por esta corrente baseada na PREALC para compreender a economia informal, deve-se citar as seguintes premissas: pobreza, movimentos migratórios, padrão tecnológico e a extensão da heterogeneidade estrutural; que se inter relacionam.

Portanto, a partir destas novas prerrogativas e sendo o trabalho informal um exemplo da heterogeneidade estrutural, não seria interessante tentar formalizá-lo. Assim, a PREALC sugeriu o desenvolvimento de políticas no sentido de apoiar o setor informal e, por conseguinte, elevar o nível de emprego e renda neste âmbito.

## 2.2 A visão legalista

A partir de meados da década de 1980, trabalhos vinculados a visão legalista começam a surgir tentando associar às atividades informais a ausência de regulação em suas atividades, ou seja, ao não cumprimento das regras fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Para Braga (2006, p. 7) o enfoque legalista pode ser compreendido da seguinte maneira:

A economia informal corresponderia à atividade na qual a ausência de regulamentação governamental constituiria um dos aspectos mais importantes de identificação, e a inexistência de carteira de trabalho assinada ou contribuição para o instituto de previdência social seria o elemento identificador da ocupação informal.

Diante da citação percebe-se que na visão legalista existe a associação da economia informal a clandestinidade do emprego e a tentativa de burlar a legislação fiscal, mas pode também se apresentar como uma alternativa para garantir o lucro do capitalista. Para isto, esta passa a ser vista como uma manifestação da crise de gestão do estado capitalista que apresenta elevados encargos fiscais e sociais, que tendem a aumentar os custos para as empresas que são obrigadas a encontrar alternativas informais para reverter este quadro (BRAGA, 2006).

A conceituação instituída pela visão legalista de informalidade, na década de 1980, atribuiu como ponto central para realizar a distinção entre atividades formais e informais a questão da legalidade ou ilegalidade. E assim, ao estado assumir que a demanda efetiva deve ser capaz de equilibrar a economia, automaticamente repassa para as empresas uma alta carga tributária que dificulta as contratações formais e em consequência destas políticas Keynesianas, se avolumam as atividades informais (SOARES, 2008).

Segundo Pamplona (2001), a visão legalista vincula informal como subterrâneo, ou seja, atividades econômicas não registradas e não declaradas ao estado, porém socialmente lícitas. Como também, destaca as falhas nas instituições políticas que normatizam uma legislação de estado que não consegue atender as necessidades da sociedade.

Assim, a partir dos argumentos de que o estado não se adequou ao desenvolvimento da sociedade, justifica-se o surgimento de formas de trabalho que

não se encaixam nos modelos arcaicos e ultrapassados, e que por isso são vistas como informais (RAMOS, 2007).

Contrários, Souza e Tokman (1976) rebatem ao entender que o fato do não cumprimento das normas seria o resultado e não a causa, pois nem todas as atividades que não respeitam a legislação podem ser componentes do setor informal. E complementa Ramos (2007), citando a vertente cepalina, na qual a questão da legalidade já havia sido levantada, mas não era considerada como causa da economia informal e sim, conseqüência da mesma.

Portanto, para a concepção Legalista o crescimento do setor informal tem relação direta com o não preenchimento dos parâmetros fiscais, trabalhistas e previdenciário estabelecido pelo estado keynesiano, tendo esta atividade à função de válvula de escape para os desequilíbrios do sistema capitalista. Por fim, esta corrente propõe uma diminuição das obrigações tributárias e a flexibilização das leis trabalhistas.

### **2.3 Abordagem marxista**

Karl Heinrich Marx é o fundador das idéias que produziram as grandes transformações políticas e econômicas durante o século XX. Assim, a sociedade para este é comparada a um edifício, em que as fundações são a infra-estruturas, que seriam representadas pelas forças econômicas; e o edifício em si seria a superestrutura, representando as idéias, costumes, instituições. Para o teórico alemão, as relações sociais estão ligadas às forças produtivas. Desta forma, em todas as sociedades humanas existem uma constante interação e interdependência entre os dois níveis que compõem a estrutura social: a infra-estrutura e a super estrutura (MARX, 1998).

Para Soares (2008), a atividade informal afasta a possibilidade de uma convulsão social, quando gera ocupações e diminui a pressão social. Por isto, ao se encontrar ocupado, mesmo a um baixo rendimento, o trabalhador tem expectativas de crescimento, visando à possibilidade de avançar do estágio de autônomo para um capitalista bem sucedido.

Conforme Malaguti (2001), a reunião de atividades que compõem o setor informal (composto por atividades de sobrevivência) é entendida como um

subconjunto da informalidade. Para este autor, formal e informal se inter relacionam e fazem parte também do desenvolvimento do capitalismo, desmistificando a imagem de informal como sinônimo de atraso e subdesenvolvimento. Assim afirma Malaguti (2001, p. 101), “Fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o setor informal, nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um setor sem o outro, parece-nos, na prática, inconcebível.”

Fortalecendo a Abordagem Marxista a autora Tavares (2004), crítica a idéia dualista de setor formal-informal adotada pelos pesquisadores da OIT, como também a vulnerabilidade de demarcar um setor com atividades tão divergentes do outro, enquanto as atividades informais são encontradas camufladas no núcleo formal e integrada a dinâmica capitalista. A partir disso, pode-se citar como exemplo, a Nike, que tem sua produção organizada em diversos países que utilizam várias maneiras de relação de trabalho, que não evidenciam relações de assalariamento; e sim uma terceirização, trabalho domiciliar, entre outras desreguladas formas de trabalho.

O cunho marxista se contrapõe à visão estruturalista, pois Marx não vê um dualismo no mercado de trabalho, e sim uma complementaridade entre as formas de trabalho. Assim, Marx (1985, p. 200) complementa:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exercito industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado a sua própria custa.

A citação acima evidencia que nesta concepção, o excedente de trabalhadores é fruto do próprio sistema capitalista. E no lugar do dualismo visão defendida pelos estruturalistas, existe uma complementaridade das atividades para desenvolvimento do padrão vigente. A dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado estabelece que os fluxos de renda e trabalho da visão dualista não correspondem à ligação existente entre as atividades modernas com as atrasadas. Portanto, de acordo com Marx (1985) as atividades informais não seriam contraditórias dentro da lógica capitalista, mas funcionais.

Prandi (1977) enriquece esta abordagem quando caracteriza a economia informal como um colchão contra as crises do capitalismo, quando nestes momentos

exerce a função de absorver parte do exército industrial de reserva e com isso, criar certa estabilidade social, seja gerando renda para aqueles que estão excluídos do mercado formal ou por meio da produção de bens e serviços mais baratos.

Assim, a repulsão provocada pela inovação tecnológica é maior do que a atração, pois a introdução do capital constante potencializa a acumulação de capital, ou seja, com a substituição do capital variável pelo constante há um aumento da composição orgânica do capital. Com isso as novas ocupações ou subempregos são quase sempre precários (MARX, 1996).

De acordo Oliveira (1981), estes serviços estão alheios de serem apenas alocações do depósito industrial de reserva, mas se apresentam como favoráveis à acumulação capitalista ao reforçar o processo de acumulação de capital, e posteriormente, o lucro. Sendo, portanto, o setor informal funcional ao sistema capitalista. Enquanto que, para os autores Nakatani e Sabadini (2001) não existe um conceito claro sobre o setor informal, assim entende que este setor não é capitalista, pois não se insere no circuito formal de reprodução do capital. Entretanto, de forma contraditória pode ser visto como capitalista, pois depende dos fluxos advindos da economia formal.

Diante disso, Singer (1979) também acredita nesta dependência supracitada e faz no ano de 1970, uma enganosa análise ao acreditar que um país em fase de expansão econômica faz potencializar uma maior verticalização das empresas, o que posteriormente impulsiona a absorção dos trabalhadores informais pelas empresas formalizadas. Mas, devido uma grande crise que perdurou até meados da década de 1990, ocorreu justamente o contrário, ou seja, houve uma horizontalização e repulsão de trabalhadores das grandes empresas. Assim, as atividades informais não apenas recebem os trabalhadores expulsos pelas formais em seu movimento de racionalização produtiva, como foram incluídos em seu ciclo produtivo, levando a uma reavaliação do papel do setor não organizado na dinâmica capitalista (BALTAR; DEDECCA, 1997).

Portanto, para os autores que reafirmam a visão marxista da economia informal, os neomarxistas, a expansão do setor informal pode ser visto principalmente a partir da crise de 1970, que fez com que as empresas fugissem dos altos encargos, leis e pressões dos sindicatos, eclodindo na flexibilização Toyotista do modo de produção que buscava aumentar a lucratividade das empresas.

No século XIX, Frederick Taylor fundou o conceito de gerência científica, e assim tornou mais severa e progressiva a alienação da força de trabalho, partindo do pressuposto de que o gestor deve causar refração na força de trabalho, evidenciando desta forma relações sociais antagônicas. Conforme Braverman (1987), com o desenvolvimento de o capitalismo industrial manter o controle sobre o processo de trabalho realizado pelo operário, tornou-se essencial ao detentor de capital.

Partindo das idéias de Taylor, Henry Ford, empresário norte-americano, aplicou os princípios da gerência científica em suas empresas nas décadas de 1910 a 1920. E com o intuito de controlar os tempos e movimentos durante o processo produtivo, primou na eliminação do tempo perdido ou retrabalho, utilizando as técnicas de produção em série e da divisão social do trabalho.

A introdução do modo de produção Fordista permitiu aos empresários estabelecerem um controle mais eficaz sobre os trabalhadores através da fragmentação de tarefas na fábrica, redução da autonomia operária e promoção da individualização das relações de trabalho com as linhas de montagem. Assim, o operário trabalha num ritmo máximo, levando ao aumento da produtividade e expansão do lucro do empregador (BRAVERMAN, 1987).

Além disso, Braverman (1987) cita que, esta rígida divisão do trabalho promoveu a separação entre o trabalho manual executado pelos operários; do trabalho mental, exclusivo para o centro gerencial. Diante disso, “as unidades de produção passaram a operar com a mão vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante.” (BRAVERMAN, 1987, p. 113). Concluindo que o operário desempenha apenas a função de trabalho mecânico ou de uma ferramenta humana da gerência.

Para combater o absenteísmo e promover a integração dos trabalhadores às empresas, Ford substituiu a antiga forma de remuneração por salário ao dia, o que proporcionou motivação e um novo padrão de renda aos operários que passaram a representar potenciais consumidores. De acordo Harvey (1998), os benefícios do consumo em massa prometido por este modelo não chegaram a todos e os movimentos de reivindicação não tardaram a aparecer. Minorias éticas, grupos socialistas e outros grupos excluídos começaram a contestar o modelo fordista de vida.

Neste contexto, houve uma busca por novos mercados, ocasionando na internacionalização da produção e do consumo, e com isso, o estado perdeu o controle sobre a oferta e demanda nacional, já que o aumento das importações e a entrada de capital externo influenciaram no volume dos investimentos internos e, conseqüentemente, na determinação da demanda efetiva (SOARES, 2003).

Segundo Harvey (1998), a crise do fordismo gerou problemas na estabilidade financeira introduzindo o capital num processo de reestruturação. Por conseguinte, os países começam a estabelecer uma disputa, onde o modelo de produção industrial fundamentado no taylorismo/fordismo de produção em massa não mais se adequava. Com isso, o modelo em questão deixa de ser hegemônico enquanto método de racionalização do trabalho, perdendo espaço para um modelo de valorização do capital mais flexível.

E na década de 1960, o modelo fordista-taylorista de organização da produção aliado ao Estado Keynesiano do bem-estar apresenta esgotamento. Observa-se também, um processo de aumento nas taxas de desemprego, principalmente nos países periféricos. Sendo a partir daí, lançado o Programa Mundial de Emprego (PME), através da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de estudar a cadeia de segmentação do mercado de trabalho desencadeado pela crise estrutural, surgindo então à expressão setor informal.

Nesse processo histórico, inicia uma nova fase de expropriação da mão-de-obra, a acumulação flexível denominada de Toyotismo ou modelo de produção japonês. Tendo este os seguintes pilares: liberalismo, automação, busca de novas linhas de produto, ninchos de mercado, logística, terceirizações, as franquias; bem como, a flexibilização dos contratos de trabalho, a diminuição dos encargos e benefícios, as subcontratações, redução do poder sindical, o crescimento do setor de serviços e do trabalho informal.

A conjugação destes processos ao longo da década de 70 e 80 resultou num período conturbado de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Para Harvey (1998), no espaço social criado por estas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social começaram a se formar. Essas mudanças podem representar os primeiros indícios da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, ou seja, com parâmetros de regulação distintos. Em que nos anos oitenta foi marcada pela proposta neoliberal, ou seja, estado mínimo.

Assim, a flexibilização promovida pelo novo regime fez com que muitos postos de trabalho fossem destruídos, acentuando a concorrência entre trabalhadores e possibilitando que as empresas determinem o padrão de leis trabalhistas que mais lhes favoreça. Como também, uma alta rotatividade da mão de obra, ou seja, uma forte tendência de redução dos empregos estáveis em troca do temporário, que é facilmente contratado ou demitido sem custos (TAVARES, 2004).

Desta forma, o trabalho terceirizado, as cooperativas de trabalho, os pequenos negócios, o trabalho familiar e outras formas de trabalho diretamente ligadas às empresas capitalistas são apresentadas como a nova informalidade. Estas novas formas de uso e remuneração apontam para uma maior heterogeneização do mercado de trabalho e para ampliação da pobreza, implicando um processo de exclusão muito maior de que integração social.

Para Harvey (1998), com o interesse de diminuir a responsabilidade social e facilitar a gestão administrativa, muitas empresas passaram a terceirizar muitas partes de seus processos produtivos, abrindo a possibilidade para que antigos trabalhadores e novos empreendedores formassem empresas de pequeno porte com capacidade de atender a demandas globais. Ou seja, houve uma externalização de algumas etapas da produção, como uma alternativa de aumentar o volume de produção, sem precisar aumentar as plantas industriais e os custos com obrigações trabalhistas.

Portanto, o novo padrão de acumulação flexível acarretou profundas mudanças no mundo do trabalho. E condicionantes como: a metamorfose do mercado, a acirrada competitividade, a introdução de novas tecnologias, o aumento da produtividade; conseqüentemente induziu os detentores de capital a tirarem proveito do crescente excedente de mão de obra e da debilidade sindical, para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Traduzidos estes pelo aumento efetivo da jornada de trabalho para empregados regulares; expansão do trabalho temporário, subcontratações, terceirizações, e por outras engenhosidades que buscam precarizar o mundo do trabalho e retirar direitos e conquistas obtidas pelos trabalhadores.

## 2.4 Abordagem keynesiana

Quando se estuda os determinantes das relações de trabalho informais está intrínseco fazer referência ao modelo Toyotista, com técnicas utilizadas primeiramente no Japão e, que logo se expandiram para as Américas e Europa. Este novo modo de reprodução apresentou mais flexibilidade e liberdade, inovando com a descentralização e desverticalização não apenas do processo produtivo, mas também dos contratos de trabalho. Pois, o que anteriormente era produzido por uma grande empresa foi fragmentado em várias empresas de menor porte.

Keynes não acreditava no auto-ajuste da economia pelo mercado, mas na intervenção governamental principalmente nos momentos de crise gerando emprego, renda, aumento no consumo, e assim, evitando a recessão. Todavia, a política keynesiana primava pela demanda interna uma vez que o Estado estava regulando e garantindo o equilíbrio por meio do estímulo ao emprego e aos investimentos. A função deste era portanto, garantir o ajuste necessário e manter a taxa de lucro do capital (KEYNES, 1996).

Contrário às idéias dos clássicos e neoclássicos de equilíbrio natural de pleno emprego, Keynes demonstra a necessidade de o Estado intervir na economia. E, no ano de 1936 publica o livro, *A teoria geral do Emprego, do juro e da moeda*, onde afirma que o capitalismo tem estados de crise em razão da demanda insuficiente e assim, justifica a necessidade de um Estado interventor e presente na economia, como também introduz o princípio da demanda efetiva (KEYNES, 1996).

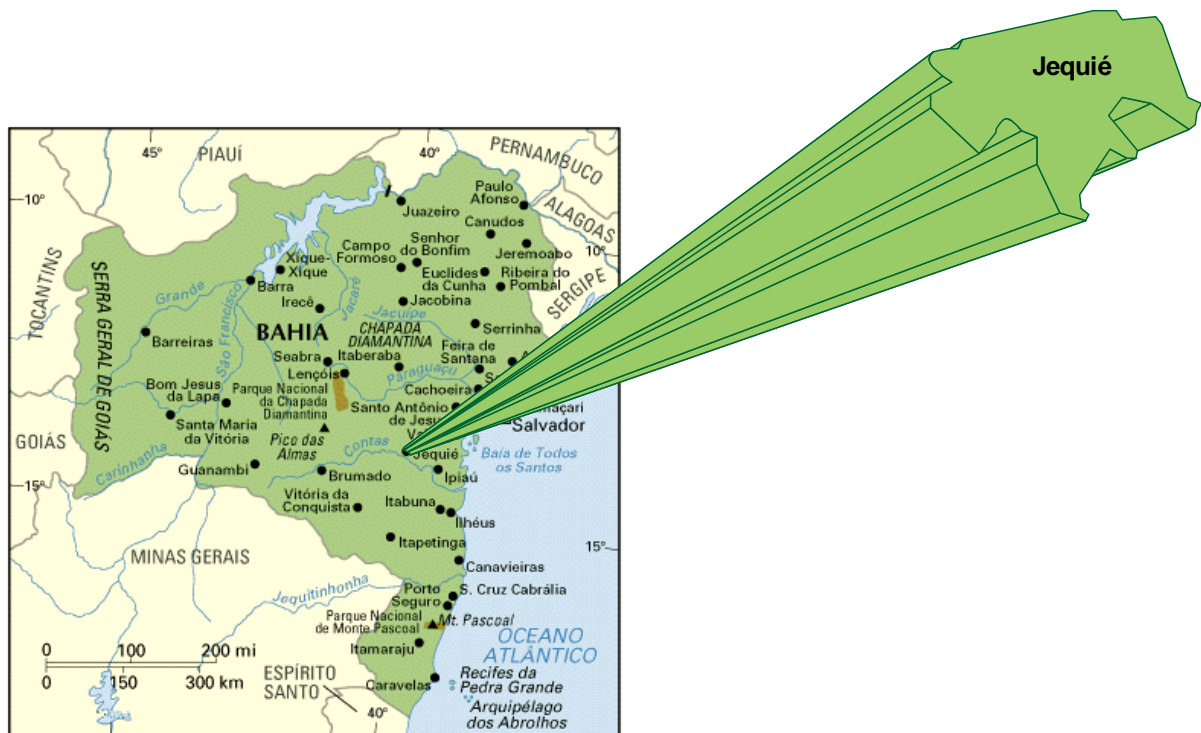
Keynes também atribuiu como um dos motivos para o crescimento do desemprego a falta de demanda efetiva. E afirma ser necessária a intervenção do governo, de modo a atenuar a escassez de investimento, as altas taxas de juros e a perda de poder aquisitivo dos salários (KEYNES, 1996).

Por se preocupar apenas com o emprego no curto prazo, Keynes não considerou o progresso técnico e sendo assim, o crescimento econômico gerado a partir de investimentos deveria ser suficiente para acompanhar o crescimento da oferta de mão-de-obra. Para Castells (1979), a maior contribuição das políticas keynesianas deve-se ao incentivar a realização de maiores gastos em setores não lucrativos, como a criação de infra-estrutura, e também, ao assumir os custos de reprodução da força de trabalho.

## CAPÍTULO III - ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS COMERCIANTES INFORMAIS, INSTALADOS NO SHOPPING POPULAR, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ-BAHIA

Neste capítulo serão apresentadas informações tais como: Cenário de estudo, Análise e Discussão dos Resultados apurados a partir da coleta de dados com os comerciantes informais instalados no Shopping Popular, no município de Jequié-Bahia.

### 3.1 Caracterização do Município de Jequié-BA



**Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia com o município de Jequié.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié (adaptação do autor)

O Brasil começou sua ocupação pelo litoral, seguindo-se depois, através dos rios em direção aos sertões. Os desbravadores palmilharam toda a extensão de nosso imenso território, em busca de coisas de valor e terminaram deixando vilas, embrião de cidades futuras. A história de Jequié pode-se dizer, começa quando por essas terras no ano de 1789 passou o fugitivo inconfidente Jose de Sá Bitencourt, que se dirigia a Camamu, onde foi preso, levado ao Rio de Janeiro, julgado e

libertado. De volta à região Sá Bitencourt adquiriu terras e estabeleceu a Fazenda Borda da Mata, cujo sobrado-sede fez construir pouco abaixo de onde hoje está a Fazenda Provisão. Aí residiu até 1813, ano em que retornou a Caeté (Minas Gerais), sua terra natal (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 1995).

Durante as guerras pela Independência que a Bahia sustentou contra as forças portuguesas, Sá Bitencourt enviou de Minas um batalhão de soldados, comandados por seu filho, o Tenente Coronel Bethancourt e Camara, para dar combate aos portugueses. Em 1823, o latifúndio Borda da Mata foi dividido entre os herdeiros do inconfidente, ficando a Fazenda Jequié para Bethancourt e Camara. Dois anos mais tarde a sede da Fazenda foi destruída por uma enchente e a nova sede foi construída na confluência do Rio das Contas e Jequezinho (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 1995).

A Fazenda Jequié passou a ser administrada por Felipe Nery de Sousa e em torno da sede da Fazenda começa a surgir o povoado que viria a constituir o núcleo da futura cidade. Este povoado se torna rota de tropas que faz ligação do sertão a mata, da produção ao consumo. E por volta de 1870, o povoado se desenvolve e se torna distrito de Maracás em 1880 (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 1995).

Nesse momento foi fundamental a experiência dos italianos que aqui aportaram, trazendo com o comércio, a visão do lucro e do progresso. Entre esses pioneiros a história registra o nome de Jose Rotandano, que juntamente com seu conterrâneo Niella instalou sua firma onde hoje é a Praça Luis Viana e cuidou de impulsionar o comércio em toda a região. E em meados de 1897 o Governo Federal concedeu autonomia ao Distrito de Jequié, desmembrando-o do Município de Maracás, sendo elevada no ano de 1910 a categoria de cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 1995).

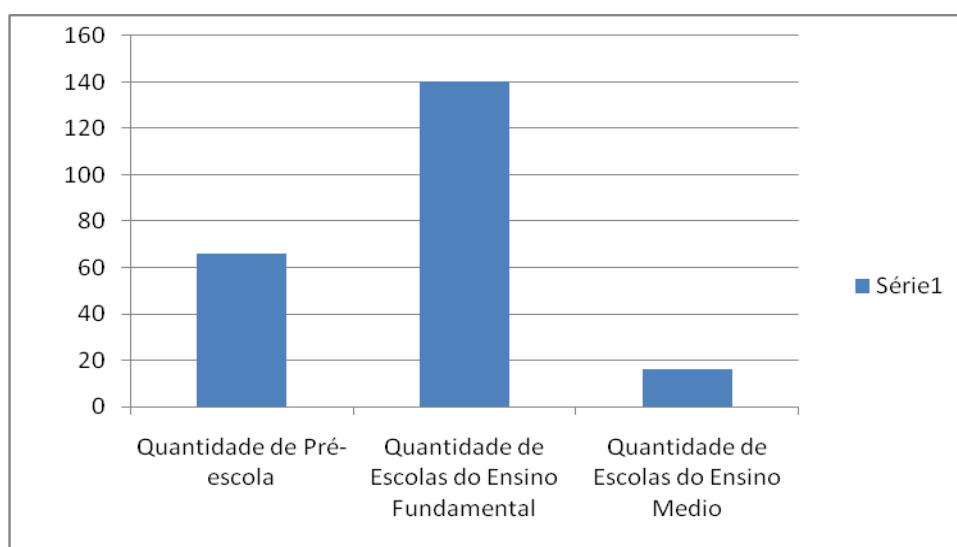
E dentre os italianos que participaram da história de Jequié, vale destacar Vicente Grilo, se manteve por décadas seguidas como o maior comerciante de Jequié, com seu armazém para estocagem, beneficiamento e distribuição de milho, café, cacau e mamona. Onde construiu o imponente módulo na Praça Rui Barbosa, que mais tarde se denominou Centro de Abastecimento Vicente Grilo, onde hoje funciona o Shopping Popular (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 2010).

As terras de Jequié contam com uma área territorial de 3.035 (Km<sup>2</sup>) situadas no sudoeste baiano entre a faixa litorânea úmida (mata) e o sertão semi-árido (caatinga), estão numa privilegiada zona de transição. Está cidade limita-se com os

municípios de Lafaiete Coutinho, Jaguaquara, Aiquara, Manoel Vitorino, Jitaúna, Ipiaú, Maracas, Boa Nova e Itagi. Banhada pelo Rio de Contas está numa altitude de 216 metros e fica a 360 quilômetros da capital do Estado da Bahia. Além da sede o município é formado pelos distritos de Baixão, Itabó, Oriente Novo, Itajuru e Boaçu e pelos povoados Monte Branco, Barragem da Pedra, Florestal e Barra Avenida (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 1995).

A cidade de Jequié fica na região semi-árida da caatinga, clima quente e seco, poucas e irregulares chuvas. De abril a outono no domínio da estiagem, os dias se apresentam abusivamente claros, sol causticante, como a justificar ser chamada Cidade Sol. No período chuvoso, novembro a março, apesar da existência da Barragem de Pedra que tenta conter seu ímpeto, o Rio de Contas desce da caatinga grosso e apressado em busca do mar ameaçando a cidade em seus baixos. O município conta com uma média populacional de 150.541 mil pessoas (IBGE, 2009).

Com relação à Educação segundo dados do IBGE no ano de 2008 a cidade contava com a seguinte quantidade de escolas: 140 escolas no ensino fundamental, 66 na pré-escola e 16 de nível médio. Tendo 26.688 matrículas do ensino fundamental e 6.893 do ensino médio (IBGE, 2008). Conforme ilustra o gráfico abaixo.

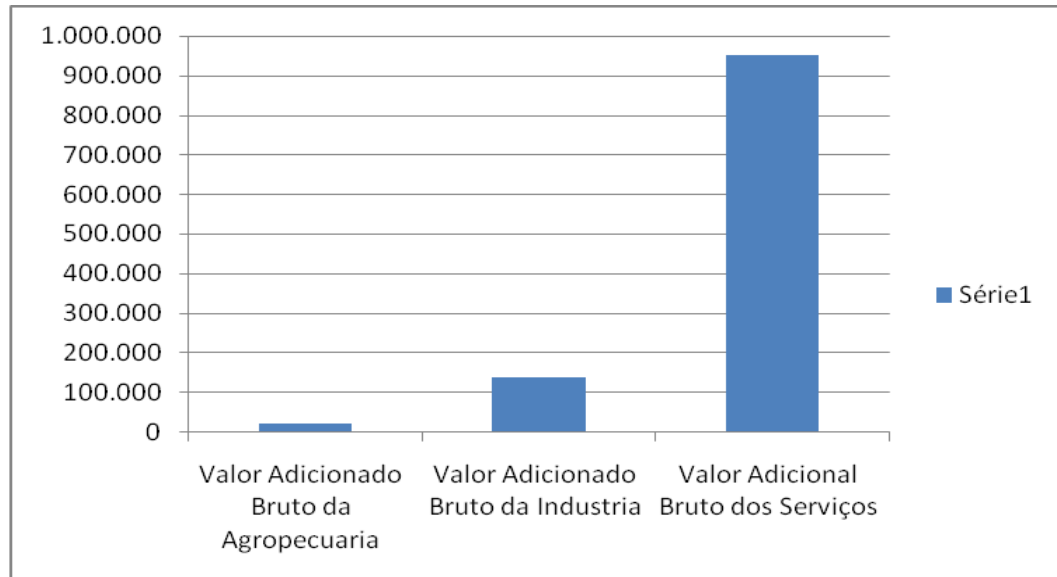


**Figura 2 - Número de escolas por série, no município de Jequié-BA.**

Fonte: IBGE (2008)

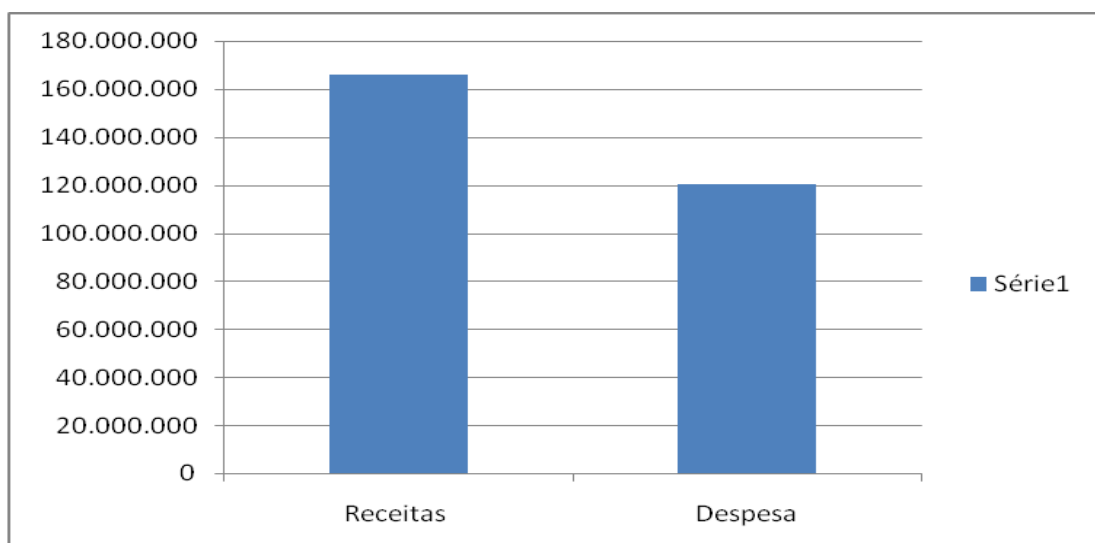
A economia do município baiano tem os três setores apresentados da seguinte forma: Valor Adicionado Bruto da Agropecuária em R\$19.419 mil reais;

Valor Adicionado Bruto da Indústria em R\$135.318 mil reais e Valor Adicional Bruto dos Serviços em R\$949.853 mil reais (IBGE, 2007). Sendo o PIB per capita de R\$8.832 no mesmo ano.



**Figura 3 - Produto Interno Bruto- Valor Adicionado, no município de Jequié-BA**  
Fonte: IBGE (2007)

Segundo dados do IBGE (2008) o município de Jequié tem um PIB a preços correntes de R\$1.289.198 reais, População Economicamente Ativa de 20.611 pessoas e Salário Médio mensal de 1,9 salários mínimos (IBGE, 2008). Enquanto que a Incidência de pobreza é de 48,95% (IBGE, 2003). O gráfico abaixo demonstra o perfil total de Receita (166.140.636) e de Despesa (120.209.354).



**Figura 4 - Despesas e Receitas Orçamentárias, no município de Jequié-BA**  
Fonte: IBGE (2008)

Jequié é um município peculiar e privilegiado. A principal riqueza agrícola é o cacau, cultivado na Zona da Mata. Mas diversamente das demais regiões produtoras de cacau, Jequié não fica na monocultura destacando-se o café, a cana-de-açúcar, maracujá, melancia entre outros. A pecuária bovina e a agricultura foram à base de todo desenvolvimento de Jequié e colocam o município entre os principais produtores de carne da Bahia. A cafeicultura se desenvolve em certas áreas, bem como a caprino e a suinocultura. A atividade hortigranjeira vem-se constituindo em opção econômica, em especial para a região da Barragem da Pedra. Na área que fica dentro do polígono das secas, além da pecuária há cultivo de mamona, mandioca e sisal. No aspecto de Saúde a cidade conta com 104 estabelecimentos de saúde total, sendo 71 destes do Sistema Único de Saúde (IBGE, 2005).

A atividade industrial, agrupada pelo Distrito Industrial e por várias regiões da cidade, oferece possibilidade de expansão, em particular nas áreas da indústria de confecção e no fabrico de produtos alimentícios. Dentre as indústrias destacam-se no ramo de confecção, alimentício, dentre outros, totalizando 220 estabelecimentos industriais. Jequié se fez cidade por sua situação inicial de local para descanso para boiadas e boiadeiros, tropas e tropeiros. A população conta com os serviços de cinco agências bancárias. E de acordo com a Estatística do Cadastro Central de Empresas o município tem 2.806 unidades (IBGE, 2008).

### 3.2 Apresentação do cenário de estudo: o shopping popular



**Figura 5 - Shopping Popular no município de Jequié-BA em 2008.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Jequié

Um grande número de homens e mulheres que ocupam as ruas do comércio de Jequié para vender seus produtos são chamados de camelôs. Este tipo de informalidade abrange diversos tipos de mercadorias que vão desde o salgado no carrinho até o DVD vendido na porta de algum estabelecimento particular. Essas atividades se apresentam como uma forma de sobrevivência, ou seja, uma busca de garantir o sustento de sua família. Estes ambulantes em sua maioria sofrem com o mau tratamento que recebem de uma minoria considerada legal pelo simples fato de contribuírem com os impostos. E são caracterizados por desrespeitar as normas e infringir as leis por vender mercadorias e não contribuir com os impostos.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Jequié (2008), o município contava com uma média de 11 mil trabalhadores informais, distribuídos em várias partes da cidade. Assim, muitas discussões foram levantadas a respeito da situação dos camelôs que trabalham com diversos tipos de mercadorias, desde a venda de frutas e derivados alimentícios, como também produtos importados em praças movimentadas de Jequié sendo bem aceitas por pessoas próximas dos locais de comercialização. Em Jequié, essas atividades parecem ser uma prática passada de geração a geração, dada a tradição das atividades dos mascates, histórico em Jequié.

A presença de conflitos envolvendo o comércio informal não é recente, pois os ambulantes são acusados de não respeitar as normas e ultrapassar limites estabelecidos, além da acusação de que os mesmos vendem suas mercadorias sem pagar qualquer imposto. Portanto, as atividades informais sempre foram marcadas por diversos conflitos que sofreram grandes transformações em seu comércio.

No ano de 2008 houve uma preocupação com o aspecto social do setor informal e com outros problemas que vinha perturbando a vida desses trabalhadores e após várias reuniões e planejamento, o Prefeito Reinaldo de Moura Pinheiro junto com a equipe administrativa, decidiu destinar um espaço para estes profissionais, instalando boxes no mercado municipal Vicente Grilo que seria denominado Shopping Popular de Jequié. Neste local cada beneficiário teria seu ponto de venda de mercadoria, não tendo critérios sobre o tipo de mercadoria vendida, pois vão desde a pilha até outras miudezas. O Shopping Popular está localizado na Praça Artur Alves Pereira, S/N, e foi inaugurado no dia 14 de março de 2008 (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 2008).

Desta forma, com o objetivo de acabar com o crescimento desordenado do comércio informal nas ruas e calçadas do centro da cidade de Jequié, o prefeito durante o seu mandato juntamente com sua equipe de desenvolvimento econômico e social, decidiram criar o Shopping Popular. Sendo este um espaço específico para que ocorresse essa desmacificação dos chamados camelôs e a que comercialização continuasse fluindo em sua normalidade. A prefeitura juntamente com as secretarias realizou o cadastro dos comerciantes informais para que após a construção do espaço, estes recebessem gratuitamente um Box, embora não fosse proprietário.

A Prefeitura de Jequié inaugurou as duas áreas construídas no Centro de Abastecimento Vicente Grilo (Mercadão) para abrigar os vendedores ambulantes, numa área movimentada de compra e venda que denominou Shopping Popular. São disponibilizados aproximadamente 240 boxes para os trabalhadores informais. Esta decisão visa organizar o centro da cidade, as praças e avenidas ocupadas pelo comércio ambulante, já que os lojistas reclamavam da concorrência desleal entre eles e os camelôs. Em contrapartida, houve um incentivo indireto da prefeitura em não acabar com a informalidade, pois os boxes continuaram comercializando suas mercadorias (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ, 2010).

Para Guerreiro (2000), o comércio nas ruas não rende mais do que no passado, por causa da competição gerada por número grande de vendedores. Porém, parte dessa queda deve-se ao fato da perda gradual do poder aquisitivo da população consumidora de seus produtos. Assim, a prefeitura tinha como projeto organizar o centro da cidade, mas de forma que não acabasse com as atividades informais. Embora, estes comerciantes informais vivam sem nenhuma garantia referente aos seus vencimentos, pois não possuem obrigações legais a pagar, nem são proprietários dos boxes, sendo este patrimônio do município.

A princípio, o Shopping Popular trouxe certa insatisfação dos comerciantes informais, porque aparentemente o maior fluxo de pessoas acontecia no antigo endereço onde eram posicionadas as barracas. Mas com o tempo foi percebido que ali também existia um grande número de freqüentadores devido à feira livre que também acontece no mesmo local. E onde foram instalados os boxes de vestuário já existiam barracas onde ocorria o varejo direto.

### 3.3 Análise e discussão dos resultados

Esta análise baseia-se na interpretação dos dados obtidos por meio da aplicação de questionários junto aos comerciantes informais, instalados em boxes no Shopping Popular localizado no Centro de Abastecimento Vicente Grilo, no município de Jequié-BA. A escolha deste local está vinculada ao fato dos vendedores ambulantes possuírem iguais condições de instalação, pois a Prefeitura construiu boxes a fim de organizar os comerciantes informais que, de forma desorganizada montavam suas barracas no centro da cidade. E neste espaço comercializam produtos de pequeno valor como presilhas, tiaras, cintos, bonés, bijuterias, calculadoras, entre outros que, em geral, são fornecidos por revendedores atacadistas do município. E a opção por esta categoria de informais, os comerciantes de rua, esta relacionada à funcionalidade que estes trabalhadores exercem para o capital, pois como foi visto, estes agentes garantem o lucro do capitalista, através do processo de compra e venda dos produtos.

Para atender os objetivos desta monografia foi realizada uma pesquisa nos meses de Janeiro a Maio de 2010, onde foram feitas entrevistas que serviram como parte de subsídio para entender como está organizado o setor informal em Jequié. O tamanho da amostra foi definido com base no cálculo para Amostra Aleatória Simples. De acordo com a Prefeitura Municipal de Jequié (2010), o Shopping Popular conta com 240 ambulantes cadastrados. E ao se considerar este universo, bem como, o percentual de erro amostral de 6%, o resultado do cálculo utilizado para determinação da amostra, foi o equivalente a 129 pessoas.

Conforme Barbetta (2001), para cálculo de Amostra Aleatória Simples:

**N**= Tamanho da População

**E**= Erro amostral tolerável

**N<sub>0</sub>** = primeira aproximação do tamanho da amostra

**n** = tamanho da amostra

Sendo:

$$N_0 = \frac{1}{(E)^2} E$$

$$n = \frac{N + N_0}{N \cdot N_0}$$

Temos:

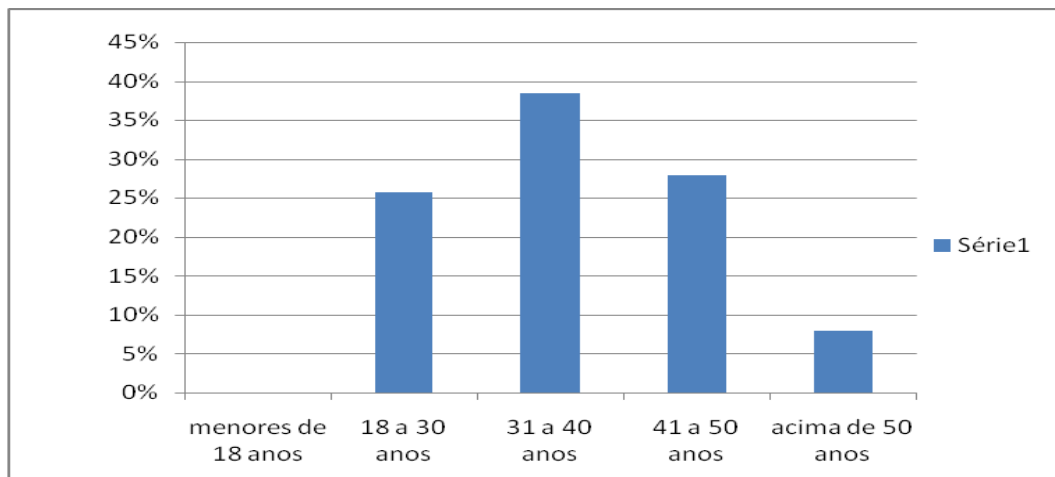
$$N_0 = \frac{1}{(0,06)^2} 277,77$$

$$n = \frac{240 \times 277,77}{240 + 277,77} = 128,75$$

n= 129 pessoas pesquisadas

A partir do resultado da pesquisa segue abaixo os dados relacionados às características socioeconômicas, condições de trabalho e qualidade de vida dos ambulantes que compõem o Shopping Popular em Jequié-BA.

Do total de informais pesquisados, 73,2 % eram homens e 26,8% eram de mulheres. A distribuição etária dos mesmos está apresentada na Figura 6.

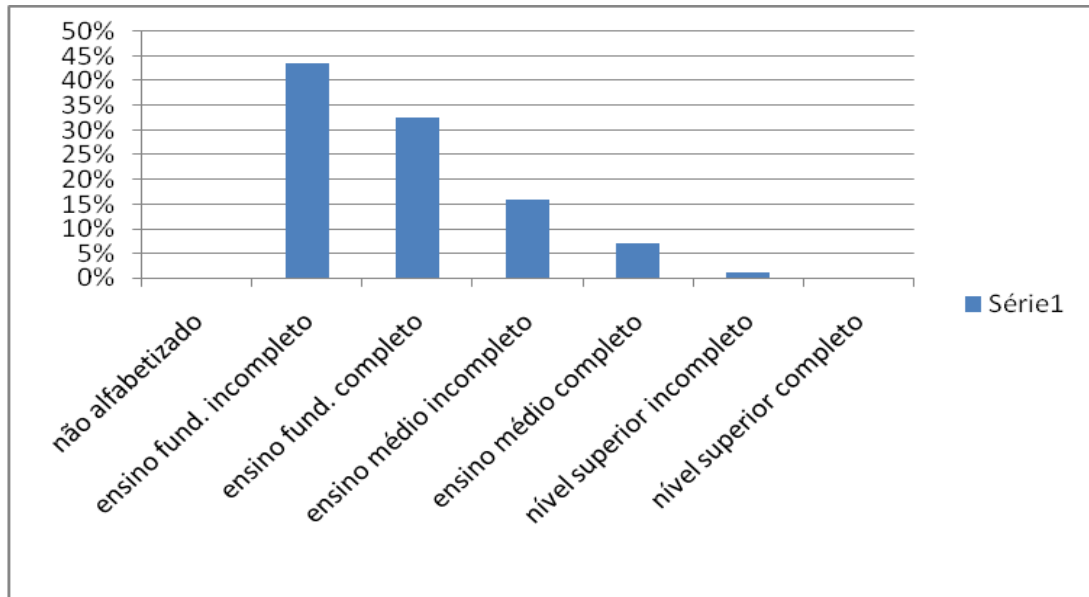


**Figura 6 - Distribuição por faixa etária dos comerciantes informais, localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Os dados da Figura 6 mostram que os comerciantes informais são, em sua maioria, pessoas com faixa etária entre os 31 e 40 anos, representando 38,5%. Com relação ao estado civil dos informais pesquisados, constatou-se que 80,5% são casados e apenas 19,5% são solteiros, sendo que a maior parte destes são chefes de família.

Observa-se que não possuem analfabetos e nem com ensino superior completo, com ensino fundamental incompleto 43,6%, com ensino fundamental completo 32,5%, com ensino médio incompleto 15,9%, 6,9% com ensino médio completo e 1,1% com nível superior incompleto. Conforme Figura 7.



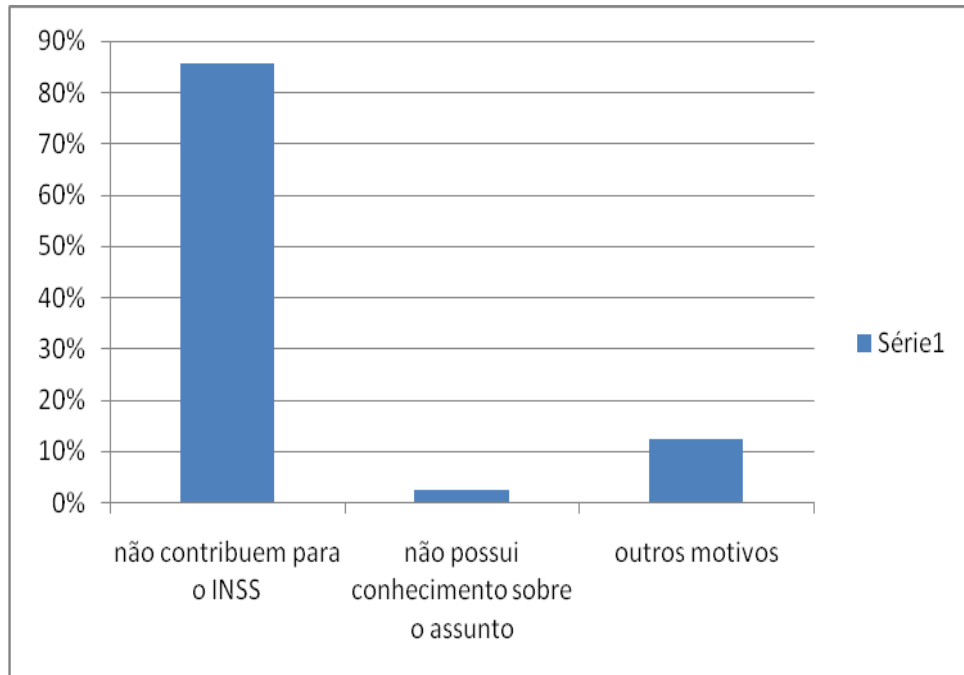
**Figura 7- Distribuição dos comerciantes informais, localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto ao nível de escolaridade.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Com relação ao tamanho das famílias dos comerciantes, verificou-se que a maior parte 50,5% é composta por 3 a 5 pessoas, 28,9% tem mais de 5 pessoas na família e 20,6% com até 2 membros.

Na pesquisa foi possível perceber que 69,8% dos informais contam com a ajuda de membros da família no desempenho da atividade, na maior parte o cônjuge em 60,5% e os filhos, em 39,5%. A partir disso, verifica-se que a maior parte dos filhos que participam da atividade informal, o comércio ambulante, representa uma experiência de primeiro emprego ao auxiliarem os pais.

No que tange a renda obtida através da atividade, tem-se que a maior parte, 41,7% recebem o equivalente entre 1 e 2 salários mínimos, 58,3% restantes obtêm até um salário mínimo mês. E com relação à carga horária 86,8% trabalham mais de 8 horas diárias, pois almoça no próprio ambiente e trabalham aos sábados e domingos, enquanto que 13,2% trabalham 8 horas\dia, mas nenhum trabalha menos que isso. Constata-se que o comércio ambulante exigia do trabalhador uma extensa jornada de trabalho, sendo esta mais uma característica da precariedade da atividade.

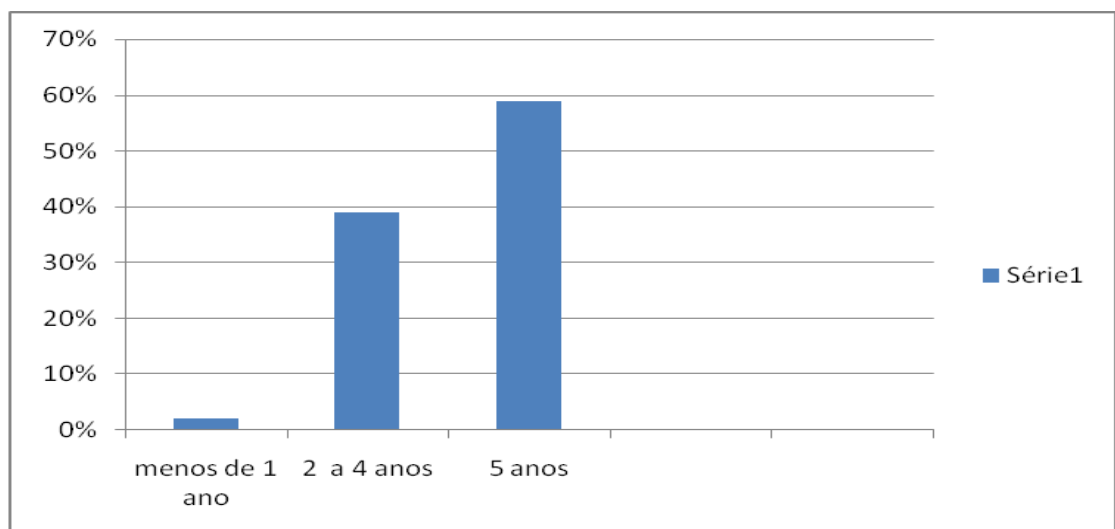


**Figura 8 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto aos motivos que justificam o fato de não serem contribuintes do INSS.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Conforme Figura 8, 85,5% não contribuem com o INSS, 2,3% afirmam não possuir conhecimento sobre o assunto e 12,2% apresentaram outros motivos.

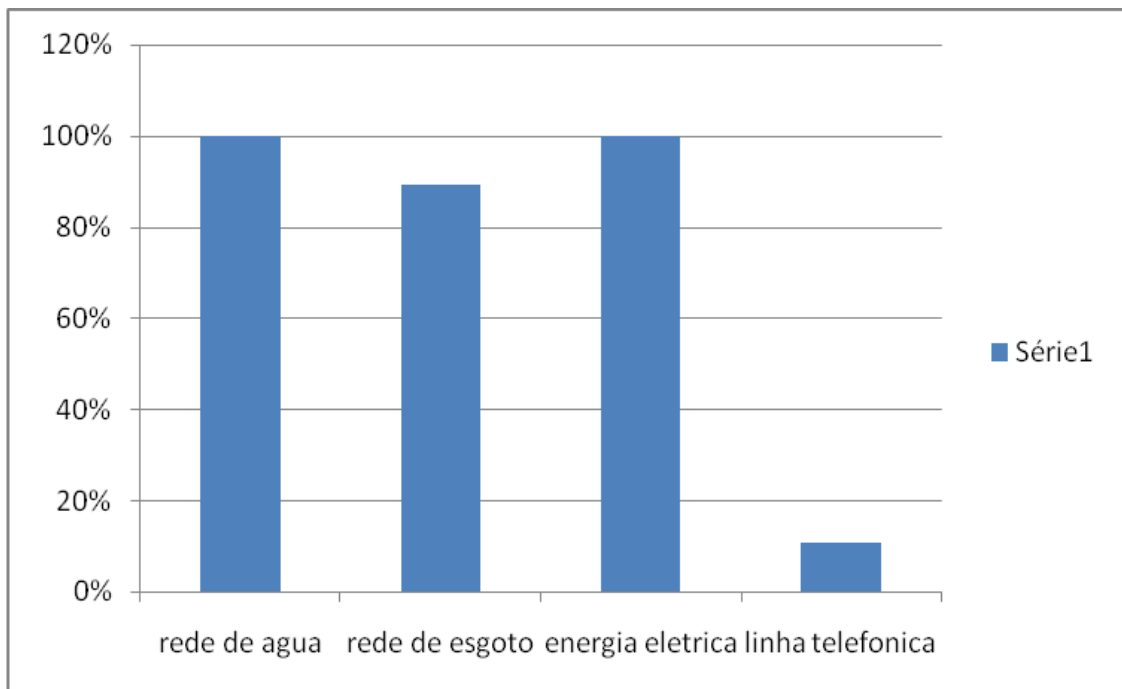
A Figura 9 localizada abaixo indica que destes comerciantes de rua 2,2% estão desenvolvendo atividades informais a menos de um ano, 38,9% de dois a quatro anos e 58,9% a mais de cinco anos.



**Figura 9 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, por tempo de atividade.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

A maior parte dos entrevistados, 90,1% afirmou que compram as mercadorias à vista, 9,1% optaram por outras formas de pagamento e 0,8% colocaram as dificuldades de conseguirem crédito e empréstimos para movimentar o capital de giro. E no que diz respeito às condições de moradia, 60,5% dispõem de residência própria e os outros 39,5% moram de aluguel. A Figura 10 mostra que com relação a essas moradias verificam-se os seguintes fatores.

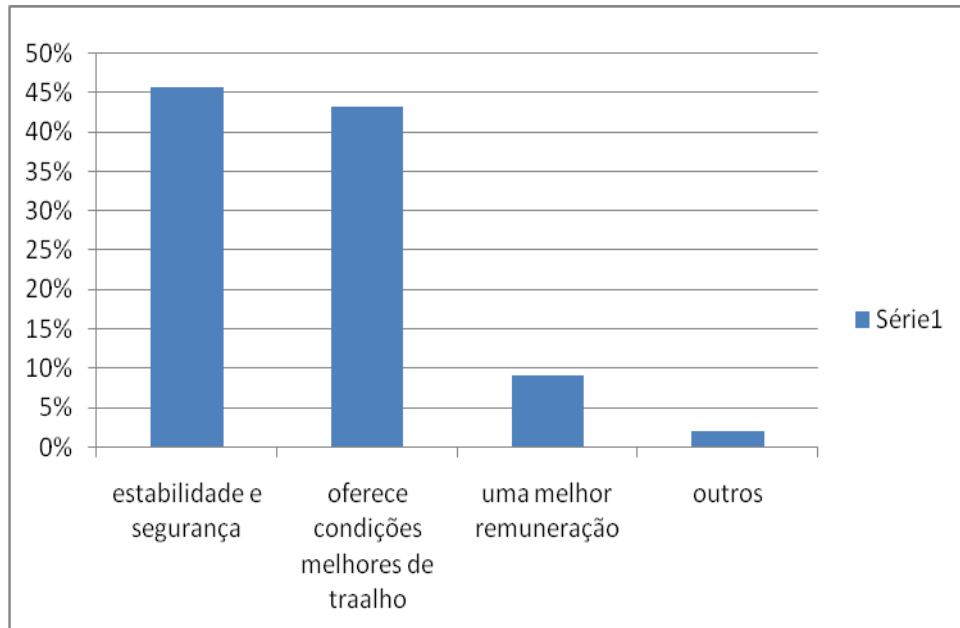


**Figura 10 - Distribuição dos comerciantes informais localizados o Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto à disponibilidade de rede de água, esgoto, energia elétrica e linha telefônica fixa.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Conforme Figura 10, todos têm rede de água e energia elétrica, 89,2% possuem rede de esgoto e, em proporção menor 10,8% tem linhas telefônicas fixa. E na forma de acesso ao atendimento médico, 80,7% dos entrevistados buscam o serviço por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), 8,5% optam pelo pagamento de taxa ambulatorial e 10,8% utilizam o atendimento particular, após tentativa de atendimento pelo SUS.

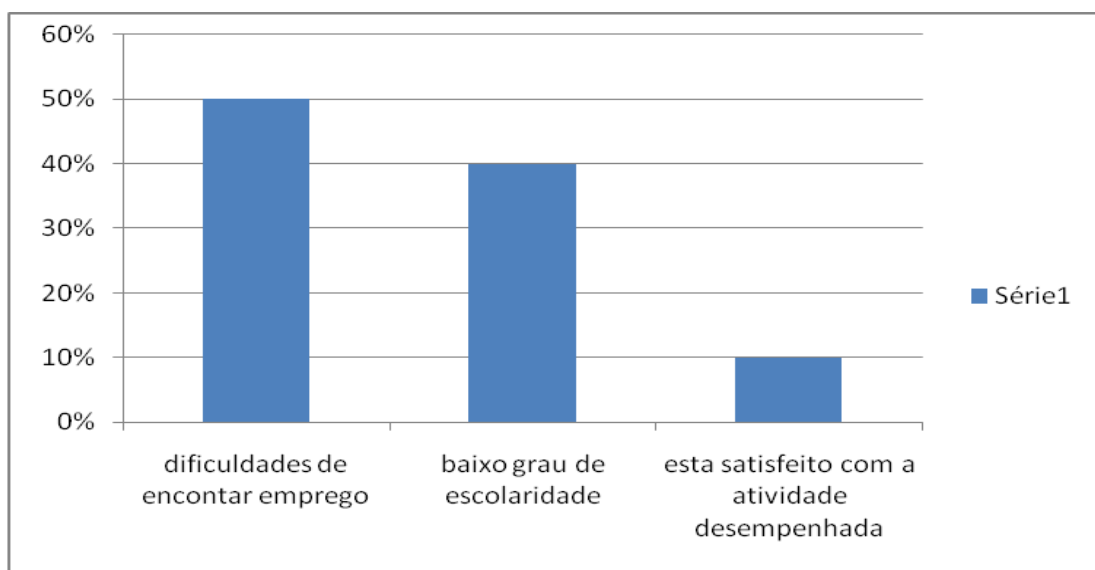
Quando questionados sobre o quesito de estarem procurando um emprego registrado, 48,9% afirmaram que sim, e colocaram os seguintes motivos: 46,1% estabilidade e segurança, 43,2% melhores condições de trabalho, 8,9% uma melhor remuneração e 1,8% outros. Conforme a Figura 11.



**Figura 11 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto à justificativa de pretender um emprego formal.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

E quanto aos 51,1% que não estão procurando emprego formal, 50% afirmam que tem dificuldade de encontrar emprego registrado, outros 40% dizem não encontrar devido um baixo grau de escolaridade e os 10% restantes não estão buscando um emprego formal porque estão satisfeitos com a atividade desempenhada. Conforme a Figura 12.

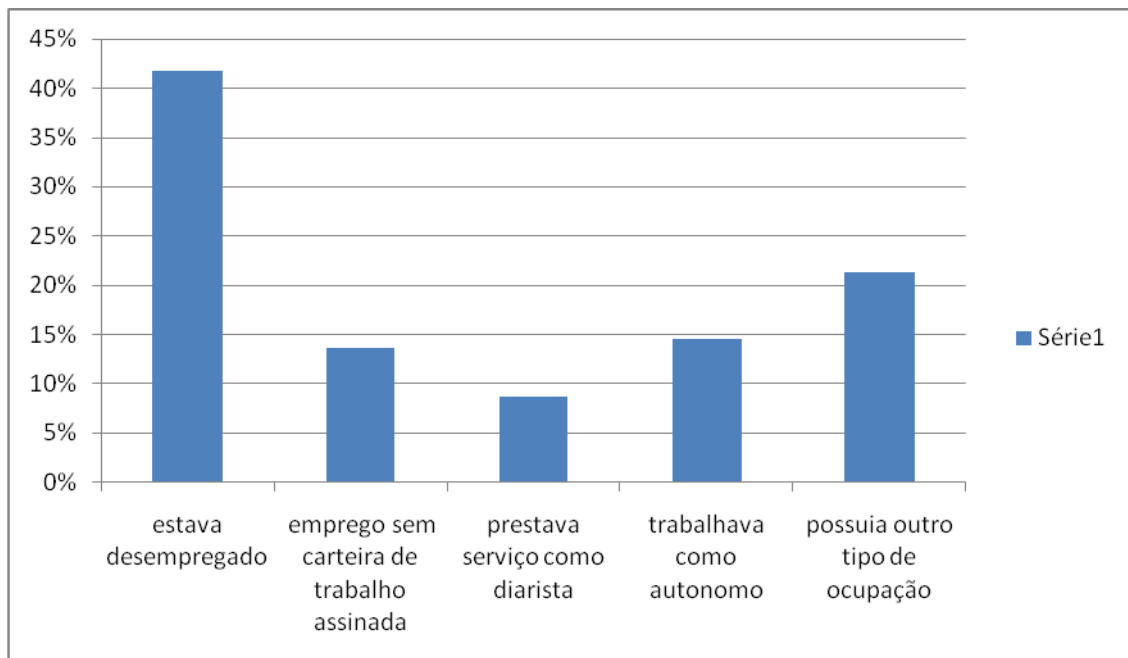


**Figura 12 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto aos motivos de não estarem em busca de conseguir um emprego formal.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Sobre o motivo que os levaram a iniciar a atividade informal, 67,8% afirmaram está nesta atividade porque não encontraram emprego, 10,6% queriam ter seu próprio negócio, 10,8 % entraram na informalidade porque precisava complementar a renda da família e 10,8% tinha a expectativa de que obteria maior rendimento do que como empregado.

Outro fator que demonstra as dificuldades no mercado de trabalho, está no fator de que a maior parte dos informais entrevistados ou se encontravam desempregados antes de ingressarem na informalidade ou possuíam outro tipo de ocupação informal e por não encontrarem uma melhor oportunidade de trabalho, transitaram de uma situação de informalidade para outra, conforme Figura 13.



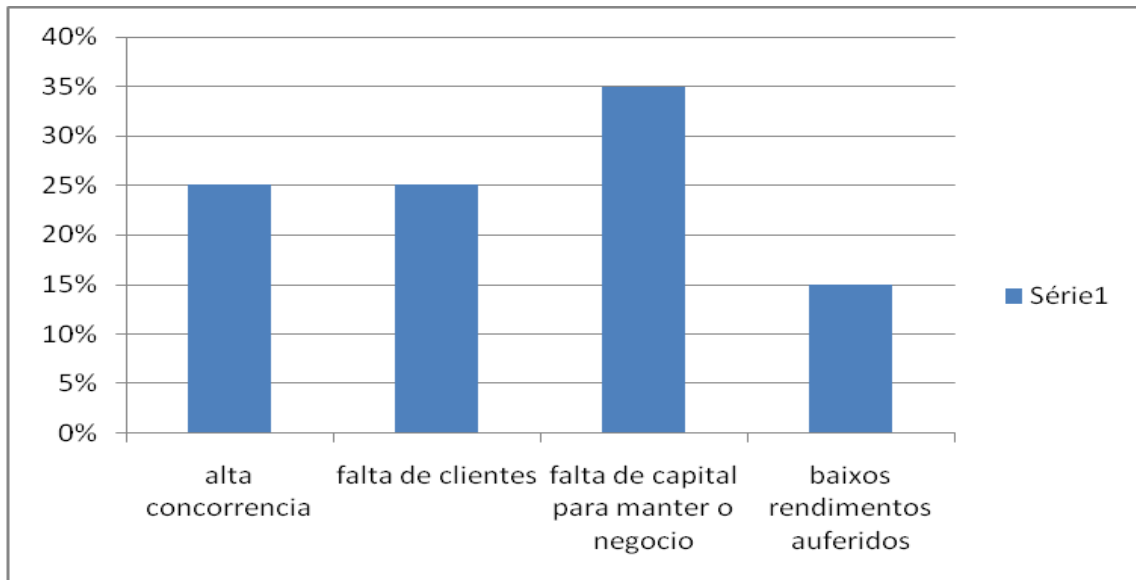
**Figura 13 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié BA, quanto à situação ocupacional em que se encontravam antes de ingressarem no setor informal.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Com base nos dados da Figura 13, nota-se que 41,8% dos entrevistados estavam desempregados antes de iniciarem a atividade informal, aproximadamente 13,6% tinham um emprego, mas sem carteira assinada, 8,7% realizavam serviços como diarista, 14,6% trabalhava como autônomo e 21,3% possuíam outro tipo de ocupação.

Além disso, cabe ressaltar dentre as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que atuam no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, destaca-

se, a alta concorrência em 25%, falta de clientes em 25%, falta de capital para manter o negócio 35%, baixos rendimentos auferidos 15%. Conforme Figura 14.



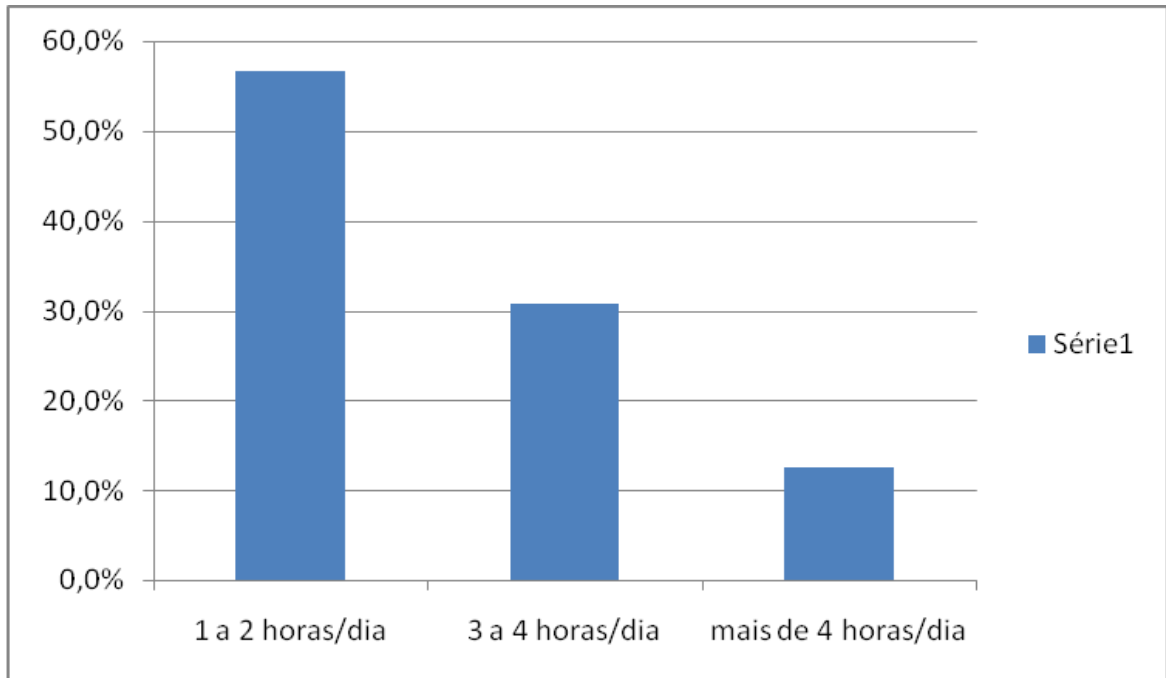
**Figura 14 - Distribuição dos comerciantes informais, localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto às principais dificuldades enfrentadas na atividade.**

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Com relação aos planos para o futuro da atividade, constatou-se que 35% dos entrevistados desejam se manter na atividade, enquanto que 58,9% pretendem abandonar o setor caso consigam um emprego de carteira assinada e os outros 6,1% gostariam de montar um negócio formal.

E ao serem questionados sobre a existência de uma associação de representantes da categoria, confirmou-se que 100% dos entrevistados não possuem nenhum tipo de associação que luta por melhores condições de trabalho. Ao pesquisar a situação econômica dos pais destes informais, verifica-se que 28,5% possuem uma situação econômica melhor do que a dos seus pais, 26,9% dispõem de uma situação econômica semelhante, outros 24,1% se encontram numa situação econômica inferior, e 20,5% moram com seus pais, tendo a mesma situação econômica.

No que diz respeito aos aspectos relacionados à qualidade de vida dos informais pesquisados, observou-se que, quando argüidos sobre a parcela de tempo dedicada a casa por dia, 56,7% afirmam dedicar apenas de 1 a 2 horas, 30,7% dedicam de 3 a 4 horas e 12,6% dedicam mais de 4 horas, como ilustra a Figura 15.



**Figura 15 - Distribuição dos comerciantes informais localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, quanto ao tempo dedicado a casa\ família.**  
 Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Outro aspecto de caráter qualitativo está relacionado à participação destes em alguma atividade ligada ao lazer, música, leitura ou esporte. Constatou-se que apenas 10,2% dos informais praticam alguma atividade de entretenimento, enquanto que 89,8% não participam de nenhuma atividade que lhes proporcione bem-estar.

Com relação à importância do trabalho informal, 56,7% trabalham na informalidade para o sustento da família, 39,6% para sobreviver e 3,7% para complementação da renda. Ou seja, ao analisar estes dados, instala-se um quadro preocupante, pois a maioria 96,3% trabalha para sobreviver ou sustento da família. Percebe-se assim a importância desta atividade no orçamento e na vida das pessoas que dela depende.

E ao analisar a expectativa destes informais no que se refere à possibilidade de um futuro melhor, 67,9% dos entrevistados acreditam na existência de um mundo melhor com menos desigualdade, pobreza e com melhores condições de vida para aqueles que sofrem com a atual situação, em contrapartida, 32,1% destas pessoas estão desacreditadas e perderam a esperança com relação as possibilidade de mudanças que venham a favorecer a sua classe.

Tendo em vista os dados apresentados, constata-se que, os vendedores ambulantes localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, estão envolvidos em uma atividade de intensa precarização das condições de trabalho

marcada por baixos salários, longas jornadas de trabalho, pela ausência de benefícios trabalhistas como aposentadoria, seguro-desemprego e outros. É notória durante a entrevista as precárias condições de trabalho que envolve o grupo de informais em questão e o impacto direto no nível de vida destes agentes, que para garantirem a sua sobrevivência e o sustento dos seus familiares, tem sua vida alienada pelo trabalho, privando-se do tempo que poderia se dedicar a sua família e outras atividades que lhes permitam ter uma qualidade de vida melhor.

Além disso, conforme dados apresentados, também se verifica que os comerciantes informais possuem uma carência com relação ao acesso a saúde, educação, lazer, cultura, entre outros aspectos que refletem as carências sociais destes indivíduos.

Conclui-se então que estes trabalhadores ao serem excluídos do processo de exploração do trabalho no capitalismo e por procurarem outras formas para garantirem a sobrevivência, como a atividade em questão, se inserem em uma condição de precarização ainda maior do que aquela sob a qual continuam submetidos os que sofrem a exploração no trabalho.

Um dos principais resultados está na forte predominância do trabalho informal como forma de trabalho, exercendo funcionalidade ao modo de produção capitalista, como também o incentivo é um processo em desenvolvimento “[...] não apenas como uma forma de subemprego disfarçada, mas como a tendência central do mundo do trabalho no Brasil.” (OLIVEIRA, 2000, p.13). Desta forma, ao ultrapassar as concepções explicitadas no decorrer deste trabalho, o trabalho informal passa a ser visto como uma forma de trabalho atraente para o capital ao passo em que a legislação tem sido questionada pelas políticas.

Apesar destas relações de trabalho serem demonstradas com uma identidade igualitária, a partir da compra e venda de mercadorias, mesmo assim se processa a mais valia. Assim, o predomínio do trabalho informal longe de ser uma anomalia ou um apêndice, este é produto do desenvolvimento capitalista, onde se permite uma maior extração do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões travadas no universo econômico sobre a informalidade, verifica-se que os conceitos estabelecidos ainda se mostram insuficientes para complexidade que envolve o tema. Vale destacar, a importância de serem estabelecidas novas definições, conduzindo os trabalhadores para velhas e novas formas de ocupação no mercado informal.

A partir da pesquisa realizada com os ambulantes localizados no Shopping Popular, no município de Jequié-BA, pode-se constatar que a atividade em questão demonstra uma intensa precarização em aspectos qualitativos e quantitativos, por exemplo, a ausência de proteção social, pois cerca de 85,5% não são assegurados pela previdência, os baixos rendimentos, já que nenhum dos entrevistados afirmou auferir renda superior a dois salários mínimos; reduzido grau de escolaridade, a constante insegurança gerada pela possibilidade de perderem seus boxes ou perseguição por parte da administração pública; extensa jornada de trabalho com mais 8 horas diárias de trabalho, tendo que abdicar do tempo de dedicação a família e lazer, para garantir o sustento dos seus familiares já que cerca de 80,5% dos entrevistados são casados, tendo em sua maioria uma família composta por 3 a 5 membros.

Trata-se, pois, de uma das categorias de trabalhadores mais sacrificadas pela lógica de acumulação capitalista, onde ao enfrentarem dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, estes se inserem em uma das mais precárias formas de apresentação da informalidade, o comércio de rua.

Além disso, a atividade dos ambulantes articulada a outras vertentes do trabalho informal, não se desvincula do movimento geral de reprodução do capital, mantendo-se subordinada e subsumida a produção capitalista, pois ao mesmo tempo em que estes trabalhadores dependem da comercialização dos produtos fabricados pelas empresas capitalistas para manter o sustento da família, eles contribuem com o processo de realização do valor, através da compra e venda de mercadorias garantindo o lucro para o capitalista e mantendo a subsunção da sua vida social ao capital.

Um fator importante a ser considerado com relação ao comércio informal, é o posicionamento do poder público em relação à questão, embora a atividade seja

tratada como uma alternativa de emprego também pode ser vistos os problemas sociais que afligem a categoria, na qual as políticas públicas podem estabelecer uma relação democrática, com estas pessoas excluídas dos meios formais de produção. Mesmo porque este se apresenta como um fator intrínseco ao próprio sistema capitalista e enquanto este vigorar, o comércio de rua continuará a existir.

Como uma maneira de tornar a situação dos comerciantes informais menos degradante, indica ao poder público, inicialmente municipal, a realização de um fórum de discussão aberto aos ambulantes, aos comerciantes locais e a sociedade civil, a fim de encontrar alternativas mais adequadas para estes trabalhadores que exercem tal atividade como forma de garantir a sua sobrevivência, já que mais de 51,1% dos trabalhadores entrevistados desistiram de procurar uma ocupação formal, e a sua maioria, cerca de 50%, esta desmotivada pelas dificuldades de encontrar um emprego formal, seja em decorrência da idade, do baixo nível de escolaridade ou pela falta de oportunidade.

Embora se considere a informalidade como um perverso produto do próprio sistema capitalista, se destaca a importância da atividade para parte da população que se insere na atividade por não possuir alternativa de sobrevivência, já que 41,8% dos trabalhadores estão na informalidade porque não conseguiram emprego. Sugere-se principalmente, a redução da carga trabalhista sobre as empresas, que sustenta o estado Keynesiano, a fim de aumentar a oferta por empregos e retirar muitos trabalhadores das condições precárias da informalidade, lhes garantindo direitos e segurança.

Esta nova informalidade, que também representa a retomada de antigas formas de trabalho, se encontra articulada organicamente ao segmento produtivo formal, e possuem as mesmas características de precarização e subproletarização oferecidas pelo trabalho informal, tradicionalmente conhecidos, correspondendo ao campo de atuação de grande parte dos trabalhadores que se encontram excluídos, pelos mais diversos motivos do mercado formal de trabalho.

A evolução do sistema capitalista de produção promoveu continuas mudanças no mercado e nas relações de trabalho. Prevalecendo um cenário marcado por terceirizações, subemprego, elevação das taxas de desemprego e de informalidade. Um instrumento utilizado como otimizador das condições de reprodução do capital é o intervencionismo governamental, realizado por meio de políticas públicas que atendem aos interesses diametralmente opostos a segurança e proteção do

trabalhador, como é o caso da flexibilização das relações trabalhistas, que gerou uma reformatação das relações de trabalho no mercado formal da economia, culminando com a complexificação da informalidade e o aparecimento das novas formas de exploração do trabalhador.

Essa flexibilidade passa a ser potencializada com o avanço da implementação das políticas neoliberais, à medida que são criadas maiores facilidades para despedir e utilizar trabalhadores subcontratados, desprotegidos, temporários e precarizados. O comércio de rua, dentre as diferentes categorias que englobam o fenômeno da informalidade, permite avaliar os impactos negativos sobre as condições de trabalho e vida dos comerciantes informais.

Assim, os dados da pesquisa comprovaram a hipótese proposta neste trabalho monográfico, que sugerira a precarização do trabalho e das condições de vida dos agentes que atuam no comércio informal no Shopping Popular. É também notório que a informalidade vai além da sonegação fiscal, ao trabalho sem registro, domiciliar ou não remunerado. O que se pode destacar é que o mercado informal é amplo e complexo, pois conforme fundamentação teórica vai desde contratações temporárias, terceirizações, e outras formas vistas como precárias, e que por muitas vezes são adotadas pelas empresas formais, como alternativas para reduzir os gastos e garantir o lucro.

## REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. A; DEDECCA, C. S. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90**. Estudos Econômicos. 1997. v. 27.  
Disponível em: <<http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon>>. Acesso em: 25 nov. 2009.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- BARBOSA, J; SILVA, A. **A Informalidade é a saída para milhões de brasileiros**. Disponível em:  
<[http://www.sescsp.com.br/SESC/revi.cfm?Edicao\\_Id=95&Artigo\\_ID=564](http://www.sescsp.com.br/SESC/revi.cfm?Edicao_Id=95&Artigo_ID=564)>. Acesso 15 dez. 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, 1979.
- BBC Brasil. **Nike revela lista de fornecedores para melhorar sua imagem**. Disponível em:  
[HTTP://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/04/050413\\_nikeas.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/04/050413_nikeas.shtml)>. Acesso em: 12 fev. 2010.
- BRAGA, T. Silveira. **O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006. Caxambu, 2006.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. 2. ed. Lisboa: Teorema, 1986.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.14, jun. 2000.
- \_\_\_\_\_. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: IPEE/USP, 1983.
- CASTELLS, M. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.
- CATTANI, Antonio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- CHAHAD, J. P. Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, D.; VASCONCELOS, M.(Org.). **Manual de economia da USP**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- CUT. **O trabalho informal no Brasil**. Disponível em:  
<<http://www.cut.org.br/a50110htm>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

FAGUNDES, M. E. M. **Informalidade na região metropolitana de Salvador: um estudo exploratório**. 1992. 201 f. Dissertação (Mestrado Economia) - Universidade Federal da Bahia/FCE, Salvador, 1992.

FUENTES, Maritzel Rios. Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90. In: \_\_\_\_\_. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

GUERREIRO, A. A. D. **O comércio nas ruas e as teorias sobre a economia informal brasileira (2000)**. Disponível em: <<http://www.faculadessaoluis.br/pages/publicada/download>>. Acesso em: 12 out. 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo 2000**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 18 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Economia informal urbana: 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v. 01.

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais municipais: 2000**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 abr. 2009.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LESSA, S. **Introdução à filosofia de Marx**. Maceió: Edufal, 2002.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: Edufes, 2001.

MARSHAL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto comunista (1848). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, K. **O capital: resultado do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985. cap. VI (Inédito).

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro I. (Coleção Os economistas, v. 1 e 2).

- MELO H. P.; TELES J. L. **Serviços e informalidade**. O comércio ambulante no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6., 1999. ABET, 1999.
- MESZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: TAQ, 1981.
- MINAYO, A. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes: 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Classes sociais em mudança e luta pelo socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Crítica a razão dualista**. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- PAMPLONA, João B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos - auto emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.
- PRANDI, Jose. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, símbolo, 1977.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ. Disponível em: <<http://www.jequie.ba.gov.br>>. Acesso em: abr. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Folheto Informativo sobre o comércio jequieense**. Jequié: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Síntese histórica e cultural da cidade sol**. Jequié: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, 1995.
- RAMOS, C. A. Setor Informal: do excedente estrutural a escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, 7 Letras. v. 9, n.1, 2007.
- REZENDE, C. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 1991.
- RICHARDSON, R. J; PIRES, J. A. S. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SABADINI, M. S. de; NAKATANI, P. **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil**. Disponível em: <<http://revele.com.ve//pdf/coyuntura/volviii-n2/pag265.pdf>>. Acesso em: abr. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Novíssimo dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 2000.
- SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatísticas dos municípios baianos**. Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em: abr. 2010.
- SINGER, P. Trabalho Informal: origens e evolução. In: JAKOBESSEN, K.; MARTINS, R.; DOWBROWSKI, O. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia política do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, E. **Metodologia científica**: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista: UESB, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho informal**: subproduto da dinâmica capitalista. In: ENCONTRO DE POS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 2004.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Informal**: da funcionalidade a subsunção ao capital. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande.

SOUZA, P. R; TOKMAN, V. E. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In: SERRA, J. (Coord.). **América Latina**: ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. (Estudos Latino-Americanos, v.5).

TAVARES, M. A. **Os fios invisíveis da produção**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho informal: os fios invisíveis da exploração capitalista. **Revista Outubro**, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n.7, jul./dez. 2002.

## APÉNDICE

**APÊNDICE A – Modelo de questionário aplicado.**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A aplicação deste questionário visa à obtenção de informações para elaboração de trabalho monográfico de conclusão do Curso de Economia, que se propõe a avaliar os aspectos sócios econômicos dos agentes que atuam no Shopping Popular, no município de Jequié-BA.

**Questionário**

1 - Sexo:

- Feminino
- Masculino

2 - Idade:

- Menores de 18 anos
- 18 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- Acima de 50 anos

3 - Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)

4 - Você estuda?

- Sim
- Não

5 - Nível de escolaridade:

- Não alfabetizado
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo

- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Nível superior incompleto
- Nível superior completo

6 - Por quantas pessoas a sua família esta composta?

- Até 2 pessoas
- 3 a 5 pessoas
- acima de 5 pessoas

7 - Alguém da família colabora com o negocio?

- Sim
- Não

8 - Qual o grau de parentesco da pessoa que colabora?

- Filho(a) menores de 18 anos
- Filho(a) maiores de 18 anos
- Irmão
- Conjugue
- Outro familiar

9 - Qual é o valor do rendimento obtido com o comercio?

- Até 1 salário mínimo
- 1a 2 salários mínimos
- 2 a 3 salários mínimos
- Acima de 3 salários mínimos

10 - O rendimento obtido com o negocio representa?

- Fonte de renda principal
- Uma fonte de renda complementar
- Única fonte de renda

11 - Quantas horas você trabalha por dia?

- Menos de 8 horas diárias

- 8 horas diárias
- Mais de 8 horas diárias

12 - Você trabalha:

- Aos sábados
- Aos sábados e aos domingos
- Aos sábados e aos domingos(em outro local ou com outra atividade)

13 - Você costuma adquirir as mercadorias à vista ou a prazo?

- Somente a vista
- Somente a prazo
- Por ambas as formas

14 - Você é contribuinte do INSS?

- Sim
- Não

15 - Se você não contribui com o INSS, qual o motivo?

- Não tem conhecimento sobre o assunto
- Não possui condições financeiras
- Outro motivo

16 - Há quanto tempo está na atividade?

- Menos de 1 ano
- 2 a 4 anos
- 5 anos

17 - Você já presenciou algum tipo de perseguição por parte da fiscalização pública?

- Sim
- Não

18 - Você possui casa própria?

- Sim
- Não

19 - O seu bairro possui:

- Rede de água
- Rede de esgoto
- Energia elétrica

20 - Você tem linha telefônica fixa?

- Sim
- Não

21 - Quando você necessita de assistência médica de que forma você tem acesso ao atendimento?

- SUS
- Taxa ambulatorial
- Particular (em caso de urgência e após tentativa de atendimento pelo SUS)
- Convenio

22 - Você está procurando ou pretende conseguir um emprego formal?

- Sim
- Não

23 - Caso responda que sim, por quê?

- Estabilidade e Segurança
- Para obter uma melhor remuneração
- Oferece condições de trabalho menos desgastantes
- Outra opção

24 - Caso responda que não, por quê?

- Está difícil encontrar emprego
- Estou satisfeito com a minha atividade
- A idade ou baixo grau de escolaridade dificulta a possibilidade de encontrar um emprego
- Outra opção

25 - Por quais motivos você resolveu trabalhar com esta atividade?

- Não encontro emprego
- Queria ter o meu próprio negocio
- Para complementar a renda da família
- Expectativa de obter um maior rendimento do que como empregado
- Outro motivo

26 - Qual era a sua ocupação antes de iniciar no Shopping Popular?

- Estava desempregado
- Prestava serviços domésticos
- Tinha um emprego, mas não era registrado
- Outro

27 - Quais as principais dificuldades enfrentadas em sua atividade?

- Falta de clientes
- Baixo rendimento
- Alta concorrência
- Falta de instalações adequadas
- Falta de capital para manter o negocio
- Outras

28 - Com relação à atividade desempenhada, quais os seus planos para o futuro?

- Conseguir se manter na atividade
- Montar um pequeno negocio em estabelecimento fixo
- Abandonar a atividade caso consiga um emprego registrado
- Outros

29 - Vocês possuem algum tipo de associação ou representantes que lutam por melhores condições?

- Sim
- Não

30 - A sua situação econômica é melhor do que a dos seus pais?

- Sim
- Não
- É semelhante

31 - Quanto tempo você dedica a família por dia?

- 1 a 2 horas
- 3 a 4 horas
- Mais de 4 horas

32 - Você pratica algum tipo de esporte, lazer, leitura, música?

- Sim
- Não

33 - Você trabalha para:

- Sobreviver
- Sustentar a família
- Complementar renda familiar
- Outro motivo

34 - Você acredita na possibilidade da existência de um mundo melhor?

- Sim
- Não

**ANEXO**

## ANEXO A - Registro fotográfico.



Figura 16A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.



Figura 17A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.



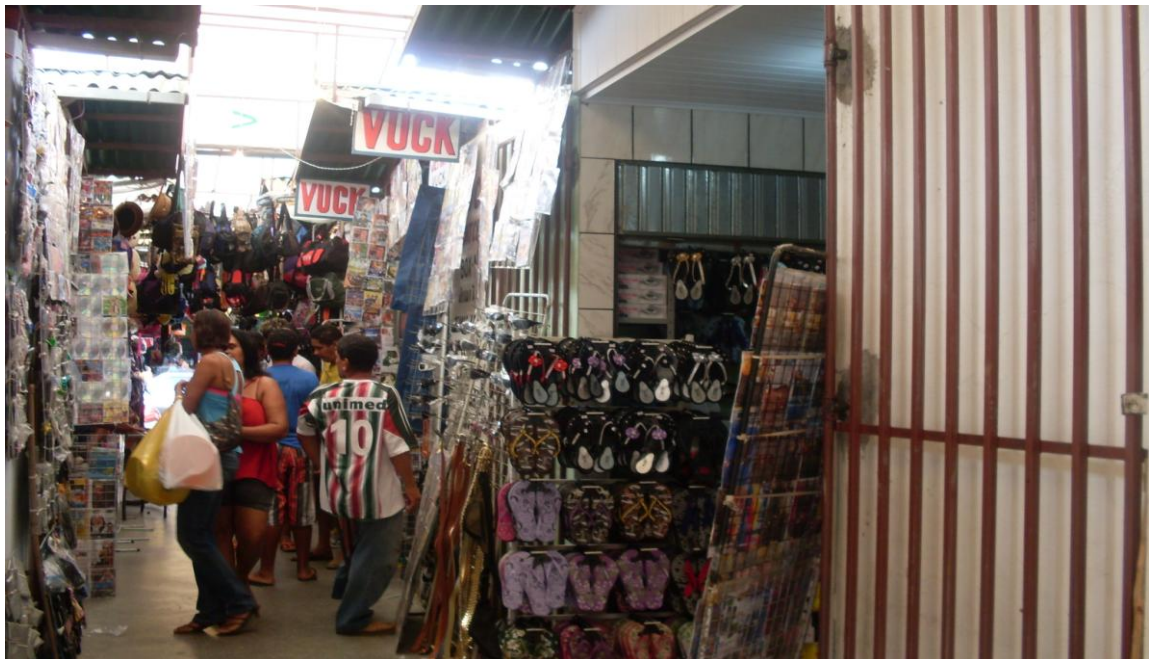
**Figura 18A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.**



**Figura 19A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.**



**Figura 20A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.**



**Figura 21A - Shopping Popular, no município de Jequié-BA.**